

Nossas lutas, nossa história

A trajetória do Sindibancários/ES
de 2014 a 2024

Edição única - janeiro de 2025



Sindibancários
Espírito Santo

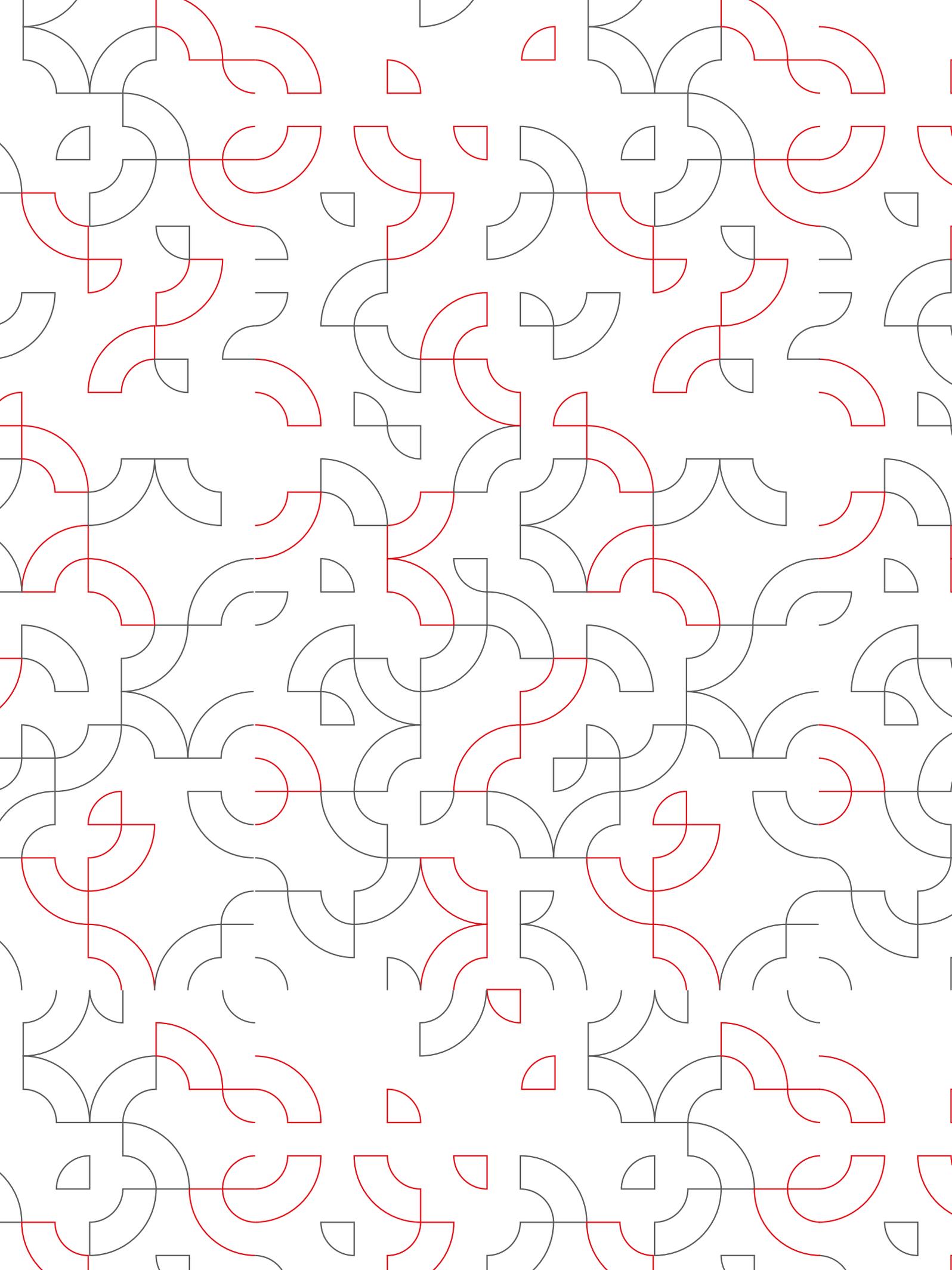
90
ANOS
Nossos passos
vêm de longe



**“A emancipação da CLASSE TRABALHADORA
será obra da própria CLASSE”**

Karl Marx

Sindicato dos Bancários/ES



SUMÁRIO

- 06 | Trabalho em 2025: o futuro que já chegou – os desafios cruciais da classe trabalhadora na era digital
- 10 | Pandemia: o desafio de trabalhar em meio ao medo
- 16 | 6 horas: uma luta permanente pela conquista da categoria
- 19 | Esperança: fim da escala 6x1 mobiliza trabalhadores em todo o Brasil
- 22 | Reforma da Previdência e seus impactos para os trabalhadores
- 27 | Nova onda tecnológica aumenta lucratividade dos bancos e ameaça modelo de contratação
- 31 | Saúde: a epidemia das doenças psíquicas nos bancos
- 35 | Banestes: banco faz privatização silenciosa e bancários resistem
- 40 | Caixa: maior banco público do país resiste a ataques privatistas
- 47 | O Banco do Brasil sob a mira do capital privado
- 52 | Campanhas nacionais: acordos não refletem lucratividade dos bancos
- 58 | Lutas das mulheres ganham força
- 64 | Sindicalismo se faz com classe
- 69 | Entrevista: A formação é um processo de desnaturalização da realidade
- 73 | Patrimônio a serviço do bem-estar e da luta dos bancários

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Ramo Financeiro no Estado do Espírito Santo (Sintraf/ES) - Sindibancários/ES

**Gestão “Sindicato é pra lutar”
2021 - 2025**

Coordenadora-Geral:
Rita de Cassia S. Lima

Diretor de Imprensa:
Carlos Pereira de Araújo

Editora:
Bruna Gati

Projeto Gráfico:
Gustavo Binda

Textos (jornalistas):
Bruna Gati – MTb 3049-ES
José Rabelo – MTb 62.806-SP
Karina Moura – MTb 2375-ES
Ludmila Pecine – MTb 2391-ES
Sueli de Freitas – MTb 0604-ES

Editoração:
Gustavo Binda e Allana Angélica

Ilustrações páginas 4, 5 e 6:
Lyvia Nathalia

Impressão: **Grafitusa**
Tiragem: **3 mil | Distribuição gratuita**

Vitória, 31 de janeiro de 2025



Noventa anos é o tempo de uma vida. No âmbito familiar, esse tempo permite um legado de gerações, com filhos, netos, bisnetos. No tempo de uma organização sindical, é representado pela luta por direitos, pela defesa das condições de trabalho e de vida daqueles que formam uma categoria – um legado que, no caso de bancárias e bancários, vem sendo construído e passado por gerações de trabalhadores de bancos públicos e privados.

Somos a única categoria no país a conquistar uma Convenção Coletiva Nacional de Trabalho, instrumento que garante um patamar mínimo de direitos para qualquer bancário de norte a sul do Brasil, complementado e enriquecido pelos acordos coletivos de cada banco.

Mas direitos não chegam assim, de mão-beijada. São conquistados, arrancados, são expressão da força e da união que mostramos em nossos processos de luta.

Esta revista celebra justamente os 90 anos de lutas do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, tendo como foco os desafios do presente e a atuação da entidade na última década.

E foram anos de muita resistência para a classe trabalhadora. Como parte da reorganização

capitalista para recomposição de seus lucros, os governos promoveram um conjunto de medidas de retirada de direitos, entre ajustes fiscais e reformas de grande impacto, como a trabalhista (2017) e a da Previdência (2019), além da lei de terceirização (Nº 13.429/2017). O projeto da extrema-direita ganhou força com Bolsonaro que, apesar de derrotado na disputa presidencial de 2022, segue com musculatura e capilaridade Brasil afora. A ameaça democrática ficou clara em episódios como a invasão aos Três Poderes, no dia 08 de janeiro de 2023, em Brasília; o atentado à bomba em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), em novembro de 2024; e a recém-revelada trama golpista para o assassinato de Lula, Geraldo Alckmin e o ministro do Supremo Alexan-

dre de Moraes. Espera-se que o conluio golpista seja enterrado com a devida prisão de Bolsonaro e de todos os conspiradores. Por isso, hoje, é parte da agenda política dos trabalhadores a defesa da Constituição Cidadã de 1988 e a recusa a qualquer tipo de anistia para os golpistas.

Além das lutas mais gerais, destacamos aqui o difícil combate ao adoecimento da categoria, resultado das práticas abusivas de gestão de um segmento ávido por lucro. Falamos das mudanças estruturais do mundo do trabalho, que incluem a crescente digitalização no sistema financeiro, e dos impactos provocados pela pandemia, como a consolidação do teletrabalho. Trazemos um resgate da resistência de bancários e bancárias do Banestes contra a tentativa de desmonte do banco público do Estado, patrimônio de todos os capixabas, cuja manu-



tenção do caráter público tem sido assumida como missão de nossas lideranças por décadas. Da mesma maneira, salientamos o empenho da categoria e deste Sindicato na defesa do Banco do Brasil e da Caixa, instrumentos de desenvolvimento social e econômico indispensáveis ao país, que têm sofrido sucessivas tentativas de desmonte através da reorientação de suas políticas para o mercado e da privatização de suas subsidiárias.

Esta revista conecta lutas do passado, os sonhos que cons-

truímos no presente e as ações que pavimentam nosso futuro. É nesse sentido que trazemos também os investimentos das últimas gestões no patrimônio da categoria, com ações que envolveram a manutenção e o cuidado com os espaços físicos do Sindicato e a preservação da memória, com a adoção de medidas para a conservação do acervo documental e de comunicação. Esta revista é, inclusive, parte desse esforço.

Esses são apenas alguns dos

escritos que você encontrará nesta publicação. Esperamos que passe por todos; que, assim como nós, se detenha nos detalhes; que se encontre também nessa história, que pertence a cada bancário e bancária capixaba.

Que o Sindicato dos Bancários/ES tenha vida longa e que siga construindo um legado coerente com o seu propósito, de defesa da categoria bancária e de fortalecimento de um projeto da classe trabalhadora, pautado na justiça social, no fim das desigualdades provocadas pelo capitalismo e na transformação radical da sociedade rumo ao socialismo.

Uma boa leitura!



Ilustração: Lyvia Nathália



Trabalho em 2025: o futuro que já chegou – os desafios cruciais da classe trabalhadora na era digital

A tecnologia vem sendo usada na reprodução das desigualdades sociais

ERIK CHICONELLI GOMES

O cenário que se desenha para 2025 apresenta desafios substanciais para a classe trabalhadora, exigindo uma análise que transcenda a mera descrição das transformações tecnológicas e produtivas em curso. A complexidade das relações trabalhistas contemporâneas demanda uma

reflexão que articule diferentes dimensões: jurídica, sociológica, econômica e política. O momento atual caracteriza-se por uma profunda reestruturação do mundo do trabalho, com a emergência de novas formas de organização produtiva que, sob o véu da modernização e da flexibilidade, frequentemente mascaram processos de pre-

carização e intensificação da exploração laboral. Como adverte Jorge Luiz Souto Maior, “o maior desafio do direito do trabalho na atualidade é exatamente o de não permitir que a facilidade com que o capital ultrapassa fronteiras prejudique a eficácia da própria ordem jurídica trabalhista” (Souto Maior 2007, p. 28).

A uberização das relações de trabalho emerge como um dos fenômenos mais significativos e desafiadores deste período. Muito além de uma simples modernização mediada por tecnologia, representa uma profunda reestruturação do modo como o trabalho é organizado, controlado e remunerado na sociedade contemporânea. Os dados do IPEA (2023) indicam que aproximadamente 25% da força de trabalho brasileira já está inserida em alguma modalidade de trabalho por plataforma, número que tende a crescer significativamente até o fim de 2025. Essa realidade demanda não apenas marcos regulatórios adequados, mas uma completa reformulação do modo como compreendemos e protegemos o trabalho humano em uma era de crescente intermediação algorítmica das relações laborais.

A proliferação de contratos atípicos e a fragmentação dos vínculos empregatícios repre-

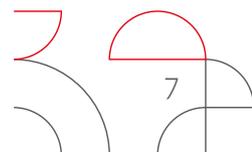
sentam uma tendência crescente, criando um cenário de instabilidade e insegurança para os trabalhadores. Essa realidade se manifesta em múltiplas dimensões: na descontinuidade dos rendimentos, na imprevisibilidade da jornada, na ausência de proteção social e na dificuldade de organização coletiva. A questão transcende o debate jurídico sobre a natureza dos vínculos e alcança o próprio núcleo da proteção social do trabalho no capitalismo contemporâneo. Como destaca Gabriela Neves Delgado, “a fragmentação dos vínculos empregatícios não pode significar a precarização dos direitos fundamentais do trabalho” (Delgado, 2023, p. 45), uma preocupação que se torna ainda mais aguda quando observamos os indicadores socioeconômicos atuais.

O quadro socioeconômico projetado para 2025 é particularmente preocupante quando analisamos os dados estruturais do mercado de trabalho brasileiro. A persistência de altas taxas de informalidade, que, segundo a PNAD Contínua do IBGE (2023), atinge 38,8% da população ocupada, revela não apenas um déficit de trabalho decente, mas uma característica estrutural do capitalismo periférico, que tende a se agravar com as transformações em

curso. Essa realidade se conecta diretamente com a crescente desigualdade social e a concentração de renda, criando um ciclo vicioso de precarização que afeta principalmente os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora.

A automação e a inteligência artificial representam outro eixo fundamental de transformação do mundo do trabalho. As projeções do Fórum Econômico Mundial (2023) indicam que, até 2025, cerca de 85 milhões de empregos poderão ser deslocados pela mudança na divisão do trabalho entre humanos e máquinas. No entanto, é fundamental compreender que esse processo não é tecnologicamente determinado, mas o resultado de escolhas sociais e políticas sobre como implementar essas tecnologias. A questão central não é se haverá automação, mas como ela será implementada e quem arcará com seus custos sociais.

O teletrabalho, intensificado durante a pandemia, consolidou-se como uma realidade permanente que traz consigo novos desafios e contradições. Se por um lado oferece possibilidades de flexibilidade e redução de custos com o deslocamento, por outro intensifica o processo de dissolução das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de vida, criando formas de contro-



le e vigilância sobre os trabalhadores. Os dados do Ministério do Trabalho (2023) indicam que 30% das empresas brasileiras manterão regimes híbridos em 2025, uma tendência que demanda não apenas nova regulamentação, mas uma profunda reflexão sobre os impactos desta modalidade de trabalho na saúde física e mental dos trabalhadores.

A questão da saúde mental no trabalho emerge como um dos principais desafios contemporâneos, agravada pelas transformações nas formas de organização. O aumento de 25% nos problemas de saúde mental relacionados ao emprego nos últimos dois anos, segundo a OMS (2023), revela uma dimensão frequentemente negligenciada da precarização laboral. O adoecimento mental aparece como sintoma de um modo de produção que intensifica a exploração através de mecanismos cada vez mais sofisticados de controle e gestão do trabalho.

O movimento sindical enfrenta o desafio de se reinventar diante de uma classe trabalhadora cada vez mais fragmentada e dispersa. A pulverização dos locais de trabalho, a individualização das relações laborais e o enfraquecimento dos vínculos de solidariedade de classe exigem novas estratégias de organização e luta. Como

argumenta Sayonara Grillo, “a representação coletiva dos trabalhadores deve se reinventar para enfrentar a dispersão e fragmentação da classe trabalhadora” (Grillo 2022, p. 89), um desafio que se torna ainda mais complexo no contexto das plataformas digitais.

As mudanças climáticas e a necessária transição para uma economia verde representam tanto desafios quanto oportunidades para a classe trabalhadora. A OIT (2023) projeta a criação de 24 milhões de novos empregos até 2030 em setores ligados à economia verde, mas este processo de transição precisa ser pensado de forma a garantir uma “transição justa”, que não penalize os trabalhadores dos setores mais afetados pela necessária descarbonização da economia.

A proteção de dados dos trabalhadores emerge como uma nova fronteira dos direitos fundamentais do trabalho. A crescente digitalização das relações laborais cria novas possibilidades de vigilância e controle, que precisam ser reguladas para proteger a privacidade e a dignidade dos trabalhadores. Como destaca Ana Frazão, “a digitalização das relações de trabalho não pode significar a vigilância total do trabalhador” (Frazão, 2022, p. 234), uma preocupação que se torna ainda

mais relevante com o avanço da Internet das Coisas e dos sistemas de monitoramento baseados em IA.

O direito à desconexão ganha nova centralidade no contexto do trabalho digital. A pesquisa da FGV (2023), que aponta que 67% dos trabalhadores em home office relatam dificuldade em estabelecer limites entre a vida profissional e pessoal, revela apenas a ponta do iceberg de um problema mais profundo: a colonização total do tempo de vida pelo tempo de trabalho. Essa questão demanda não apenas regulamentação específica, mas uma reflexão mais ampla sobre o lugar do trabalho na vida social.

A discriminação algorítmica emerge como uma nova forma de reprodução e amplificação de desigualdades históricas no mundo do trabalho. Os sistemas de inteligência artificial utilizados em processos seletivos e gestão de recursos humanos frequentemente incorporam e automatizam os preconceitos existentes, criando formas de exclusão que se apresentam sob o véu da neutralidade técnica. Essa realidade demanda não apenas regulação específica, mas um questionamento mais profundo sobre o papel da tecnologia na reprodução das desigualdades sociais.

As plataformas digitais de

trabalho representam um campo de batalha fundamental para os direitos trabalhistas nos próximos anos. O aumento de 45% nas denúncias envolvendo condições precárias de trabalho em plataformas, registrado pelo Ministério Público do Trabalho (2023), evidencia a urgência de uma regulação específica que garanta proteção social efetiva para esses trabalhadores. A questão central não é apenas o reconhecimento do vínculo empregatício, mas a construção de um novo marco regulatório que dê conta das especificidades dessa forma de organização do trabalho.

A internacionalização do trabalho por meio das plataformas digitais representa uma nova fase do capitalismo global, onde as fronteiras nacionais se tornam cada vez mais porosas para o capital, enquanto os trabalhadores permanecem limitados por regulações territoriais fragmentadas. Esse processo histórico não é novo – desde a Revolução Industrial, observamos movimentos de internacionalização do capital que desafiam as regulações trabalhistas nacionais. Contudo, a especificidade do momento atual reside na velocidade e na profundidade com que essas transformações ocorrem, bem como na sofisticação dos mecanismos de controle e explora-

ção do trabalho. A construção de uma regulação internacional do trabalho, que já foi um sonho dos primeiros internacionalistas operários, torna-se agora uma necessidade concreta para enfrentar um capital que não conhece fronteiras.

O cenário que se desenha para 2025 evidencia as contradições fundamentais do capitalismo contemporâneo: enquanto o desenvolvimento tecnológico permite níveis inéditos de produtividade e riqueza social, as relações de trabalho caminham para uma precarização crescente, marcada pela instabilidade, pela intensificação do ritmo de trabalho e pela erosão dos mecanismos de proteção social. A superação desses desafios não se dará apenas no campo jurídico ou técnico, mas demanda uma profunda transformação social que questione os próprios fundamentos da organização do trabalho na sociedade capitalista. O futuro do trabalho não é um destino inevitável determinado pela tecnologia, mas um campo de disputa política e social onde se confrontam diferentes projetos de sociedade.

A classe trabalhadora encontra-se, portanto, diante de um momento histórico crucial que combina ameaças e possibilidades. Por um lado, observa-se o risco de uma precarização

sem precedentes das condições de trabalho, potencializada pela combinação entre tecnologias digitais e formas renovadas de gestão do trabalho. Por outro lado, essas mesmas transformações criam as bases materiais para novas formas de organização e resistência dos trabalhadores, que podem se apropriar das tecnologias digitais para fortalecer suas lutas e construir novos laços de solidariedade. O enfrentamento dos desafios que se apresentam passa necessariamente pela recuperação da perspectiva histórica do movimento operário: a compreensão de que os direitos trabalhistas não são concessões do capital ou do Estado, mas conquistas históricas que precisam ser constantemente defendidas e ampliadas através da organização coletiva dos trabalhadores.

Erik Chiconelli Gomes é pós-doutorando na FDUSP, doutor e mestre em História Econômica na Universidade de São Paulo (USP), especialista em Economia do Trabalho (Unicamp) e Direito do Trabalho (USP), bacharel em Ciências Sociais, Direito e História (USP) e coordenador acadêmico e do Grupo de Pesquisa e Estudos na Escola Superior de Advocacia (ESA/OAB/SP).



Para evitar aglomeração em ambiente fechado, o atendimento começava ainda no exterior da agência

Pandemia: o desafio de trabalhar em meio ao medo

Com a atividade bancária entre os serviços essenciais, o Sindicato lutou para garantir a implementação de protocolo sanitário

Era o dia 4 de abril de 2020 quando a covid-19 fez a primeira vítima entre os bancários capixabas. Marcos Antônio Viera dos Santos Filho era gerente da Caixa Econômica Federal na agência São Mateus e tinha apenas 36 anos. O Sindicato estendeu a faixa preta em sinal de luto na sua fachada e pediu o fechamento das agências bancárias, pois os bancos insistiam em manter o atendimento ao público em meio à pandemia que assombrou o mundo.

Dáí em diante, foram meses de luta para garantir a sobrevivên-

cia dos bancários e seus familiares e condições de segurança, especialmente para os empregados da Caixa, que ficaram na linha de frente efetuando os pagamentos do Auxílio Emergencial criado para minimizar os efeitos da pandemia para a população de baixa renda.

“Na pandemia, a Caixa mostrou mais uma vez o importante papel que tem para a sociedade brasileira e porque deve continuar 100% pública. Isso só foi possível porque tem um corpo de empregados capacitados, competentes tecnicamente e compro-

metidos com a gestão responsável do banco. No entanto, os bancários foram sacrificados, enfrentaram o desrespeito dessa gestão irresponsável sob a liderança do governo Bolsonaro. Além de sobrecarregados, tiveram que lidar com a pressão por metas, ameaças de descomissionamentos e as tentativas de sucateamento do banco para privatizá-lo”, afirmou a coordenadora-geral do Sindicato, Rita Lima.

DA PANDEMIA AO ISOLAMENTO

A pandemia foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020 diante do crescente número de vítimas do SARS-CoV-2. Apesar dos reiterados pedidos do Sindicato, o decreto do governo do Espírito Santo não evitava que os bancários corressem risco de morte, pois mantinha os atendimentos referentes aos programas bancários destinados a aliviar as consequências econômicas do novo coronavírus. O governador Renato Casagrande não atendeu aos apelos do Sindicato para incluir os bancos entre os segmentos que deveriam fechar no momento mais alarmante da pandemia.

Os bancos, por sua vez, tentaram burlar a legislação em meio ao caos. O Banco do Brasil tentou impor férias compulsórias ao invés do isolamento. A Caixa quis abrir agências aos sábados.



Fotos: Sérgio Cardoso



Filas gigantescas formaram-se nas agências, aumentando o risco para bancários e clientes



Fila na agência Terra Vermelha, em abril de 2020

A Crefisa demitiu em massa. O Sindicato foi à Justiça e conseguiu suspender o atendimento em todas as agências bancárias e financeiras por um período.

No Banestes, bancários e bancárias do grupo de risco que entraram em atividade remota foram assediados para retornarem ao trabalho presencial. No Banco do Brasil, foi preciso que o Sindicato movesse uma ação judicial para garantir que os empregados coabitantes com familiares do grupo de risco permanecessem em home office. O BB foi ao Tribunal Superior do Trabalho e

conseguiu derrubar a liminar.

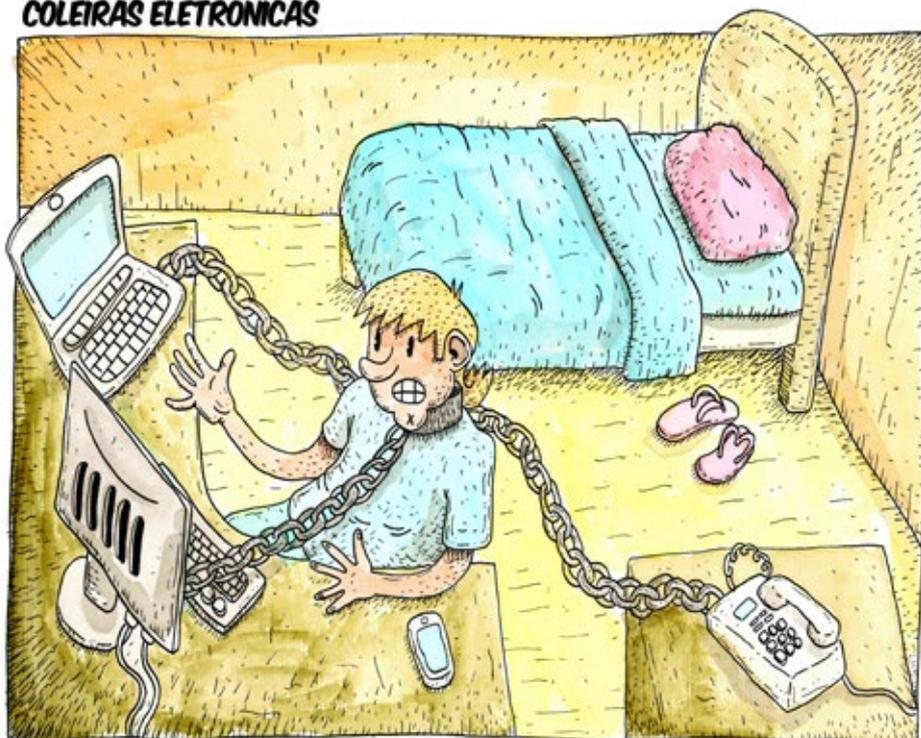
Nas agências da Caixa, filas e aglomeração de pessoas tornaram-se um tormento para os bancários, que trabalhavam com medo de se contaminar e levar o vírus para suas casas. Longas filas se formaram nas portas das agências e o desrespeito ao distanciamento social colocou em risco também a vida dos clientes. Do lado de dentro, bancários e bancárias trabalharam exaustivamente. Além de pagar o auxílio, sofriam a pressão para o cumprimento de metas de venda de produtos e serviços.

“Chegamos a abrir a agência com apenas quatro bancários atendendo, foi um caos. Tivemos colegas com covid-19 e outros com suspeita. Chegava em casa todo dia entre 19h e 20h. O respeito à jornada de seis horas ficou esquecido. Quando pedimos à Superintendência mais empregados, eles alegaram que nossa agência não tinha meta de autenticação. A Caixa não nos deu apoio logístico. Teve uma semana que, se não fosse nossa pressão e a do Sindicato, a agência estaria aberta mesmo após a confirmação de um caso de covid. Mesmo com todo esse sofrimento, ainda conseguimos dar o melhor de nós, pois entendemos que precisamos atender a população”, contou Carlos Antônio Silva, que atuava na agência Terra Vermelha, em Vila Velha.



Em meio às mortes que só cresciam em todo o Brasil e no mundo, o então presidente do BB, Rubem Novaes, pedia o fim do isolamento e a retomada da economia, afirmando que “a ciência médica é tão ou mais imprecisa que a ciência econômica”. Novaes seguia a linha do presidente que lhe indicara para o cargo, Jair Bolsonaro, que fez chacota da doença, quebrou o isolamento em suas motocicletas e atrasou a compra de vacinas, deixando o país à mercê do coronavírus.

COLEIRAS ELETRÔNICAS



HOME OFFICE

O mundo do trabalho passou por uma transformação repentina no período com a adoção do home office. No sistema bancário não foi diferente. Muitas das operações e atendimentos passaram a ser feitos pelos bancários diretamente de suas casas. A fronteira entre os espaços público e privado desa-

pareceu, e as reuniões virtuais de trabalho tornaram-se parte da rotina doméstica.

Se, por um lado, a medida protegeu os bancários do coronavírus, por outro trouxe problemas como espaço e mobiliário inadequados para o exercício profissional; familiares de bancários que também estavam em

isolamento social desenvolvendo atividades profissionais simultaneamente, filhos pequenos convivendo no mesmo espaço. Tudo junto e ao mesmo tempo acontecendo no ambiente familiar. Além disso, os bancários trabalhavam sem controle de ponto e com metas elevadas, num trabalho exaustivo.



O Sindicato realizou ações nas agências denunciando demissões. Categoria tentou conter cortes em negociações nacionais

“Uso meu computador, minha internet, meu telefone, todas as despesas ficam por minha conta. As mensagens no WhatsApp não param, do início ao fim do dia. Eles mandam orientações para as tarefas fora do meu horário de trabalho. Isso já coloca uma carga de trabalho e cria expectativa antes mesmo de começar o expediente. Quando começo a trabalhar, já estou com aquilo tudo na cabeça há tempos. Não são raras as vezes também que fico sem almoçar”, contou, à época, uma bancária que preferiu não se identificar temendo represálias.

As entidades sindicais reivindicaram protocolos mínimos para garantir o home office sem transgressão dos direitos trabalhistas. Os bancários do Bradesco foram os primeiros a ter teletrabalho regulamentado em acordo. Aprovado em setembro de 2020, com validade de dois anos, o acordo previu ajuda de custo, fornecimento de equipamentos de informática, móveis ergonômicos e controle de jornada. Também garantiu os horários de descanso e de refeições.

“A adoção do teletrabalho já estava no plano dos bancos.

Provavelmente em três ou quatro anos seria uma realidade. A pandemia, no entanto, acelerou esse processo. O isolamento social passou a ser uma necessidade para conter as curvas de

crescimento do coronavírus. Os bancos adotaram o modelo, mas muitos não chegaram logo a um consenso sobre a proposta de acordo”, afirmou o diretor do Sindicato Fabrício Coelho.



A sociedade se uniu para cobrar do poder público políticas mais rígidas de isolamento e de combate à crise econômica e social agravadas pela pandemia. O governador Renato Casagrande foi denunciado por favorecer o interesse de empresários, colocando em risco a vida dos trabalhadores capixabas

Fotos: Sérgio Cardoso

PROTOS

Com a flexibilização das medidas de prevenção, o número de casos de contaminação pela covid-19 entre bancários e ter-

ceirizados que atuavam nas agências cresceu no final de 2020. Era a segunda onda da covid-19 que chegava. A luta do Sindicato era para o cum-

primento dos protocolos em caso de ocorrência de covid nas agências, com sanitização do local e fechamento da unidade. Até normas básicas, como uso de máscara, fornecimento de álcool e o distanciamento social dentro das agências, foram negligenciadas. Além disso, os bancos fecharam os olhos para o limite do número de clientes.

O Sindicato esteve presente em todos os momentos, com ações na Justiça, manifestações nas portas das agências – cumprindo protocolos de segurança – e orientação pela Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho.

DEMISSÕES X LUCROS

Não bastasse o caos que a maior pandemia dos últimos 100 anos trouxe para o mundo, os bancos ainda demitiram em massa durante esse período. Só no ano de 2020, Itaú, Bradesco e Santander romperam o compromisso de não demitir bancários durante a pandemia e dispensaram mais de 12 mil empregados. Enquanto isso, acumularam lucros, destoando dos demais segmentos da economia. Em 2021, as quatro maiores instituições financeiras com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander – lucraram juntas R\$ 81,6 bilhões.

Fotos: Sérgio Cardoso



Em 2021, o aumento do número de mortos fez crescer também o grito das ruas pelo “fora Bolsonaro e Mourão”. Diversos atos em Vitória se somaram a um calendário nacional de lutas



Os bancários derrotaram o PL 1043/2019, que pretendia liberar a abertura dos bancos aos finais de semana, mas as ameaças continuam

6 horas: uma luta permanente pela conquista da categoria

Bancos tentam burlar jornada com falsas funções de confiança, banco de horas ou mutirões de trabalho aos finais de semana

A luta dos bancários pelas seis horas de trabalho remonta aos anos de 1930 e permanece atual diante das inúmeras tentativas dos bancos em burlar a legislação que garantiu essa conquista. O trabalho das 9 às 18 horas, que se estendia muitas vezes até as madrugadas, em ambiente insalubre, e a alta incidência de tuberculose na categoria foram

fatores que levaram à mobilização dos bancários, em 1933, e a consequente aprovação de uma lei que reduziu a jornada inicialmente para 36 horas. Hoje a jornada está determinada em 30 horas semanais, de segunda a sexta-feira.

A manutenção desse direito diante do adoecimento da categoria que vive estresse constante no ambiente bancá-

da jornada da categoria.

A jornada de 6 horas segue sendo ameaçada. Na mesa de negociação das campanhas salariais, a Federação Nacional dos Bancos tenta, a cada ano, impor a extensão do horário de abertura dos bancos e o trabalho aos sábados. “Temos resistido às investidas dos bancos e dos governos”, afirma Carlos Pereira de Araújo, diretor do Sindibancários/ES e membro do Comando Nacional dos Bancários.

A pauta dos banqueiros também está no Congresso Nacional, capitaneada por parlamentares alinhados com o patronato, que tentam flexibilizar as relações de trabalho ainda mais do que o já realizado na reforma trabalhista do governo Temer. Foi o caso, por exemplo, do projeto de lei 1043/2019, do deputado David Soares (DEM/SP), que previa a abertura das agências aos sábados e domingos. A tramitação só foi suspensa em novembro de 2024, o que representou uma vitória para a categoria bancária, que se mobilizou desde que o PL foi proposto, em 2019.

A carência de funcionários e a cobrança de metas, que pressiona os empregados a trabalharem mais e mais, também significam uma ameaça real à jornada de seis horas. Todas essas iniciativas requerem união e mobilização da categoria pela garantia de um direito conquistado a duras penas.



Itaú foi um dos bancos que tentou burlar a jornada

Foto: Sérgio Cardoso

Na linha dos 90 ANOS

Nossos passos vêm de longe

2004 - Flagrante de trabalho aos sábados no Safra.



2012 - O Sindicato celebrou a conquista da jornada de 6h em festas do Dia do Bancário e da Bancária.



2012 - A agência da Caixa foi paralisada contra o trabalho aos sábados.





No dia 15 de novembro de 2024, Dia da Proclamação da República, trabalhadoras e trabalhadores se concentraram na Assembleia Legislativa em ato pelo fim da escala 6x1. Outros atos aconteceram simultaneamente em várias capitais brasileiras

Esperança: fim da escala 6x1 mobiliza trabalhadores em todo o Brasil

PEC que tramita no Congresso Nacional propõe redução da jornada semanal de 44 para 36 horas, com quatro dias de trabalho, sem diminuição do salário

Impulsionada pelo movimento “Vida Além do Trabalho” (VAT), a reivindicação pelo fim da escala 6x1 ganhou força no fim de 2024 e uniu a classe trabalhadora em mobilizações nacionais.

O movimento é encabeçado por Rick Azevedo (PSOL-RJ) e foi abraçado pela deputada federal Erika Hilton (PSOL), que conseguiu protocolar uma Pro-

posta de Emenda à Constituição (PEC) com mais de 200 parlamentares signatários. Paralelamente, uma petição pública que pede a aprovação da proposta já acumula quase três milhões de assinaturas. Agora o desafio é fazer com que a proposição não seja engavetada e avance na Câmara dos Deputados.

A PEC propõe a redução da

APÓS ANOS DE PRECARIZAÇÃO, TRABALHADORES COBRAM DIGNIDADE

Oito anos após a nefasta reforma trabalhista de Michel Temer, a implementação da escala 4x3 é vista como promessa de dignidade para trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

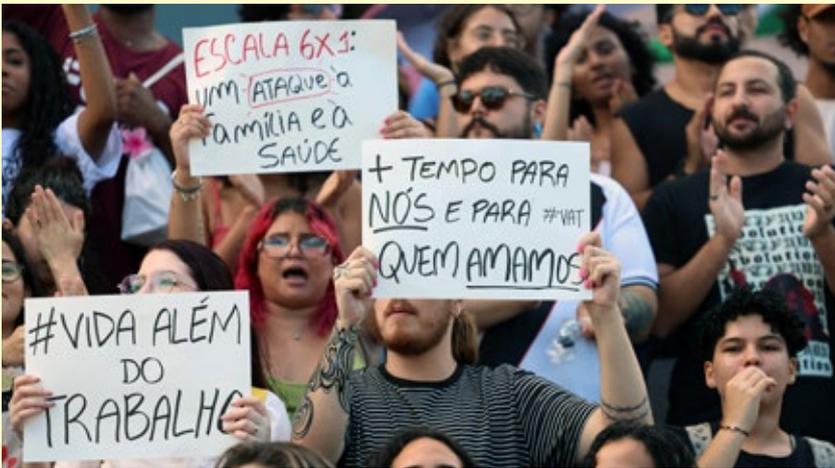
Aprovada em julho de 2017, a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) promoveu a deterioração do mercado de trabalho e a retirada de direitos. Como consequência, a informalidade e os contratos precários cresceram, piorando as condições de vida da população.

Durante o governo Bolsonaro, a taxa de desemprego no Brasil atingiu o seu recorde, com índice de 14,9% em 2021, segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad Contínua), do IBGE. Eram 15 milhões de brasileiros em busca de trabalho naquele ano.

Nos anos seguintes, houve uma recuperação, e a taxa de desemprego chegou a 6,2% no trimestre terminado em outubro de 2024. Foi a menor taxa de desocupação da série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012.

Mas a insatisfação da população mostra que não basta ter emprego, é preciso garantir melhores condições de trabalho. “Quem trabalha na 6X1 vive uma rotina desumana, que leva à exaustão e ao adoecimento.

Foto: Sérgio Cardoso



Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estipula uma jornada de 44 horas semanais, dividida em até 8 horas diárias, com limite de até 2 horas extras ao dia. O formato permite escalas exaustivas, como a 6x1, comum em vários ramos da economia, principalmente no de comércio e serviços.

jornada de 44 para 36 horas semanais, com quatro dias de trabalho por semana, sem diminuição do salário. O texto argumenta que a nova jornada deve melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e gerar ganhos de produtividade, além de ter o potencial de criar milhões de empregos.

Em entrevista ao Correio Bancário (edição de dezembro/2024), Rick Azevedo explica como a mudança de carga horária pode ser benéfica para os trabalhadores e para o país. “Estudos comprovam que jornadas mais equilibradas aumentam a produtividade, diminuem os afastamentos por doenças e trazem benefícios para todos. E há outro ponto: uma pessoa com mais dias de descanso tem mais tempo para

viver, consumir, viajar e investir na cultura. Isso movimenta dinheiro, fortalece o comércio e cria um ciclo econômico positivo. É preciso enxergar além do imediato”, afirma.

Rick ainda rechaça a alegação de que a mudança quebraria empresários. “Toda vez que tentamos avançar nos direitos dos trabalhadores ouvimos o mesmo discurso: ‘vai quebrar o país’, ‘a economia não vai aguentar’, ‘é inviável’. Esse tipo de argumento já foi usado contra o 13º salário, a CLT, as férias remuneradas e até contra o fim da escravidão. No entanto, a história sempre mostrou o contrário. Quando se respeitaram os direitos dos trabalhadores, o resultado é um país mais forte, com uma economia mais sólida”.

“Além dos trabalhadores demitidos que reingressaram no mercado de trabalho de forma precária, temos uma parcela significativa da juventude que nunca trabalhou de carteira assinada e nem sequer tem essa expectativa. É um contingente enorme de pessoas sem direitos básicos como férias, 13º salário, garantias previdenciárias, licença-maternidade, licença-saúde e outros.”



Carlos Pereira de Araújo (Carlão)

diretor do Sindibancários/ES

A pessoa vive em função do trabalho, não tem tempo para o lazer, para estar com a família, ir ao médico ou estudar. São milhões de trabalhadores na indústria, comércio e serviços submetidos a essa lógica de exploração extrema. Nossa categoria esteve à frente da luta contra a reforma trabalhista e agora endossamos a necessidade do fim da escala 6x1. Essa é uma pauta de toda a classe trabalhadora”, afirma o diretor do Sindibancários/ES Carlos Pereira de Araújo (Carlão).

Reforma trabalhista aumentou trabalho precário

Segundo o Dieese, a reforma trabalhista instituiu um cardápio de contratos de trabalho precários, seja pela insuficiência de horas trabalhadas ou pela possibilidade de redução de direitos. A pejotização, modelo de contrato de trabalhadores autônomos como pessoa jurídica autorizado pela reforma, tornou-se corriqueira. Em 2022, dos 25,8 milhões de trabalhadores ocupados por conta própria, 26,3% (6,8 milhões) tinham registro no CNPJ.



1.

Foto: Sérgio Cardoso



2.



3.

Na luta contra a reforma trabalhista, o Sindicato participou do Ocupa Brasília, protesto que reuniu milhares de pessoas na Esplanada dos Ministérios em 24 de maio de 2017 (1); e construiu as greves gerais de 28 de abril (2) e 30 de junho do mesmo ano (3)



Os trabalhadores resistiram à reforma durante anos, mas os interesses espúrios falaram mais alto e as mudanças foram aprovadas

Reforma da Previdência e seus impactos para os trabalhadores

Mudanças fragilizaram o sistema de Seguridade Social no país e impuseram ao trabalhador condições mais duras para se aposentar

A reforma da Previdência do governo Bolsonaro, que trouxe prejuízos para os trabalhadores, foi promulgada pelo Congresso Nacional no dia 12 de novembro de 2019, entrando em vigor na forma da Emenda Constitucional 103. Entre outras mudanças, a reforma impôs que a aposentadoria para quem

ingressou no mercado de trabalho a partir de então só será conquistada, no mínimo, aos 65 anos de idade, no caso dos homens, e aos 62 anos, no caso das mulheres.

A resistência dos trabalhadores a essa proposta, organizados pelas entidades de classe, entre elas o Sindicato dos Bancários/ES, começou anos antes,

logo após o presidente golpista Michel Temer apresentar aos líderes da base governista o seu projeto para a Previdência em dezembro de 2016.

Em 2017, foram realizadas no Espírito Santo pelo menos duas marchas reunindo trabalhadores do campo e da cidade contra a reforma e uma manifestação em Brasília.

O ano de 2018 chegou, e a mobilização seguiu forte. No início do período legislativo, em fevereiro, diretores e diretoras do Sindibancários/ES foram ao aeroporto de Vitória pressionar os deputados capixabas a votarem contra a reforma.

No Dia Nacional de Luta, em 19 de fevereiro, o movimento "Capixabas Contra a Reforma da Previdência" organizou um grande abraço simbólico à sede do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em Vitória.

A pressão popular fez deputados estaduais capixabas a reverem a disposição de votar a favor da reforma naquele momento.

BOLSONARISMO

Ultrapassamos o governo Temer, mas o presidente Jair Bolsonaro assumiu em 2019 defendendo como prioridade do seu governo a reforma da Previdência. Já em janeiro, o novo governo sinalizou que iria aproveitar, por meio de



emenda aglutinativa, a proposta de Michel Temer que já estava em tramitação no Congresso Nacional.

Em 20 de fevereiro, a Proposta de Emenda Constitucional da reforma da Previdência de Bolsonaro (PEC 6/2019) chega à Câmara Federal confirmando a intenção da equipe econômica de aumentar a idade mínima para a aposentadoria. Além disso, o governo propôs criar um sistema de capitalização privada para a população financiar a própria aposentadoria. A proposta bolsonarista se configurou muito pior do que a apresentada pelo golpista Temer.

As manifestações foram retomadas imediatamente. No 8 de Março, as mulheres foram às ruas em defesa da aposentadoria e contra o retrocesso de direitos, entre outras bandeiras.

No dia 22 do mesmo mês, outra marcha nacional foi realizada com o mote “ocupar as ruas em defesa da aposentadoria e da Previdência pública!”. Em Vitória, os trabalhadores, entre eles os bancários, saíram da Praça de Jucutuquara com destino ao Palácio Anchieta, sede do governo estadual, num protesto também contra o posicionamento do governador Renato Casagrande que se manifestou favorável à reforma de Bolsonaro.

Para propiciar o aprofun-



damento do debate sobre a reforma e suas consequências, o Sindibancários/ES promoveu atividades como uma sessão de cineclube especial com o filme “Eu, Daniel Blake”, seguida de bate-papo, no dia 25 de março. Dois dias antes, a entidade sediou o debate das centrais sindicais com o advogado trabalhista André Moreira e o ex-ministro da Previdência Social Carlos Gabas.

No dia 9 de abril, o Sindibancários/ES inaugurou a banca itinerante, que circulou pelas feiras livres e praças da Grande Vitória para dialogar com a população sobre os graves ataques da reforma aos trabalhadores. Na banca também eram recolhidas assinaturas para o abaixo-assinado contra a PEC da reforma organizado pelas centrais sindicais e movimentos sociais.

GREVE GERAL

Um dos maiores movimentos contra a reforma da Previdência aconteceu em junho. O Brasil amanheceu em greve no dia 14. Trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias se mobilizaram em atos unificados paralisando os principais setores produtivos do país. O protesto foi contra a reforma e também contra os cortes na Educação e o desemprego. Bancários e outras



Fotos: Sérgio Cardoso



categorias fecharam pontos de acesso a Vitória, como a Terceira Ponte e a Vila Rubim.

A atuação da Polícia Militar foi violenta. Os trabalhadores foram reprimidos desde a madrugada, na ação de contenção dos ônibus nas garagens da Grande Vitória. Vários manifestantes foram detidos. Na concentração da Vila Rubim, policiais usaram spray de pimenta, sacaram armas e cassetetes contra os trabalhadores que participavam da manifestação.

Apesar da pressão popular, os interesses espúrios falaram mais alto. A proposta de Bolsonaro tramitou por apenas seis meses na Câmara e quase três no Senado até ser aprovada. Pelos deputados federais, a aprovação em primeiro turno ocorreu em julho de 2019, após muito toma-lá-dá-cá, liberação de R\$ 2,5 bilhões e promessa de outros R\$ 5,6 bi em emendas aos parlamentares. No Senado, com 60 votos favoráveis e 19 contrários, a proposta foi aprovada em 22 de outubro de 2019, em segundo turno.

A reforma da Previdência foi uma das principais medidas econômicas do governo Jair Bolsonaro. Sob o argumento de conter supostos rombos da Previdência, as mudanças fragilizam o sistema de Seguridade Social no país e impõem ao trabalhador condições mais

duras para se aposentar.

Entre as mudanças estão o fim da aposentadoria por tempo de contribuição e fixação da idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres. O cálculo do benefício também passou a considerar a média de todos os salários, sem descartar os 20% das menores contribuições, reduzindo o valor do benefício. Para ter direito a 100% do cálculo de aposentadoria, homens terão que contribuir por 40 anos e mulheres por 35.

“O governo Bolsonaro e sua base no Congresso impôs a maior derrota da classe trabalhadora dos últimos 100 anos. É um retrocesso histórico. A maioria dos trabalhadores não terão direito a uma aposentadoria, sobretudo se relacionarmos as regras de tempo de contribuição e idade mínima com a atual realidade de precarização do trabalho, crescimento da informalidade e desemprego”, afirmou, à época, Carlos Pereira de Araújo (Carlão), diretor do Sindibancários/ES.



“Existe um consenso entre governo, representantes de bancos e grandes empresas em torno da reforma. Mesmo partidos de centro e da direita tradicional que criticam o governo trabalham no sentido de aprovar o quanto antes a reforma da Previdência, por isso os trabalhadores precisam reforçar sua luta nas ruas e expor os parlamentares que se posicionam contra os trabalhadores”, afirmou Carlão à época.



Nova onda tecnológica aumenta lucratividade dos bancos e ameaça modelo de contratação

Fintechs e startups são referência; investimentos em inteligência artificial e novas tecnologias servem à redução de custos e não são revertidos para a inclusão da população não bancarizada

O setor bancário é líder em investimento em tecnologia no Brasil e no mundo. Em 2023, os gastos dos bancos com tecnologia chegaram a R\$ 45 bilhões, um crescimento de quase 30% em relação ao ano anterior. Mas

em vez de garantir melhorias no sistema bancário que possam beneficiar trabalhadores e clientes, os avanços tecnológicos vêm sendo desenvolvidos com intuito de ampliar cada vez mais a lucratividade dos bancos.

A economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Vivian Machado explica que o setor bancário já passou por diversas ondas de evolução tecnológica, marcadas, por exemplo, pela inserção dos caixas eletrônicos, a chegada da internet banking e pelos aplicativos de celular (mobile banking). “Contudo, a fase atual traz uma novidade que a torna mais impactante: a entrada de novos personagens ‘de fora’ dos bancos para participar desse sistema, as startups e fintechs”, ressalta.

Segundo a economista, a partir do Marco Regulatório de 2013, que constituiu essas instituições, diversas startups foram criadas com o objetivo de apresentar soluções tecnológicas para o setor financeiro, entre elas atender às demandas de grande parcela da população não bancarizada. Todavia, o que se viu com o passar dos anos foi o crescente investimento dos bancos em inovações cada vez mais avançadas sem a preocupação de promover essa inclusão. “Havia projetos pilotos de tecnologias que pudessem ser utilizadas em aparelhos celulares simples a fim de garantir a inclusão dos desbancarizados, a modelo do que já acontece em países africanos, onde a tecnologia simi-

lar ao pix já existe há anos. Porém, os bancos veem como uma oportunidade de aumentar seus lucros e estão apostando cada vez mais nas tecnologias digitais para reduzir custos”, analisa Vivian.

DIGITALIZAÇÃO REDUZ ESTRUTURA DE AGÊNCIAS

Num primeiro momento, os bancos viram a chegada dessas startups de pagamento como forma de escoar parte dos serviços bancários que já não interessava mais e, aos poucos, foram abandonando essa linha básica de pagamentos, reduzindo drasticamente o número de caixas e a própria estrutura de agências.

Em 2024, o Brasil contava com 16.731 agências bancárias, ao passo que os contratos entre instituições financeiras e correspondentes bancários chegava a 528 mil, ou seja, já são doze vezes mais locais que prestam serviços financeiros na condi-

ção de correspondentes bancários do que agências propriamente ditas.

Especificamente em relação às startups e fintechs, essas cresceram tanto que o seu funcionamento passou a ser referência para os bancos. Em 2023, eram 1.450 bancos digitais e fintechs em operação no Brasil.

“Essas empresas de tecnologias, que muitas vezes são chamadas de bancos, mas não são bancos, não pagam os mesmos impostos que os bancos, não passam pelas mesmas fiscalizações e atuam de forma totalmente digital, com número de funcionários muito reduzido e o número de clientes cada vez maior. Daí que os bancos estão almejando funcionar como elas”, ressalta. O Nubank, por exemplo, tem cerca de seis mil funcionários e alcançou a marca de 100 milhões de clientes, enquanto os bancos têm em média 80 mil funcionários.

Em 2024, o Brasil contava com:

16.731

agências
bancárias



528 mil

correspondentes
bancários



Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a inteligência artificial continua uma das tecnologias prioritárias das áreas de TI dos bancos, sendo aplicada principalmente na segurança cibernética, na automação e na eficácia dos assistentes virtuais, como os chatbot. Hoje, pelo menos, oito em cada dez operações bancárias já são feitas por meio de canais digitais.



Foto: Sérgio Cardoso

Nem mesmo a pandemia interrompeu as demissões no Santander. Em 2020, o Sindicato fez uma série de ações sindicais para defender o emprego

8 a cada 10 operações bancárias são feitas por meio de canais digitais

SANTANDER ATUA COMO LABORATÓRIO

O Santander tem sido um grande laboratório da Federação Nacional dos Bancos (Febraban) para testar as novas possibilidades tecnológicas. O banco vem criando suas próprias empresas de tecnologia, como a SX Tools, que funcionam como extensões de seu conglomerado econômico. A manobra é demitir o bancário e depois recontratá-lo por meio desse novo CNPJ do grupo. Dessa forma, o trabalhador deixa de ser enquadrado na categoria bancária e perde direitos sendo admitido como autônomo, PJ, MEI. No novo emprego, o funcionário faz exatamente as mesmas fun-

ções que desenvolvia no banco, só que em condições precárias: com salário mais baixo, jornada mais extensa e sem os benefícios que tinha anteriormente.

Aproveitando a reforma trabalhista que retirou direitos dos trabalhadores, o Santander vem operando esse esquema de terceirização fraudulenta dos empregados desde 2021. O banco apostou que a reforma garantiria a terceirização irreversível, mas a Justiça do Trabalho tem interpretado que essa manobra é ilegal e já há casos de condenação do banco por fraude nessas contratações.

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), enquanto a cate-

goria bancária perdeu mais de 70 mil postos de trabalho, no período de 2012 a 2021, outros segmentos como securitários, crédito corporativo, administração de cartão de crédito e atividades auxiliares dos serviços financeiros tiveram grande expansão com mais de 131 mil postos.

Em 2023, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontou fechamento de 6.315 empregos na categoria bancária e abertura de 3,3 mil entre os securitários e de 10,7 mil nas cooperativas de crédito.

Em dez anos, o número de trabalhadores de bancos privados em ocupações relacionadas à Tecnologia da Informação (TI) teve um aumento de mais de 70%, passando de 14,4 mil para 24,6 mil, conforme mostra o estudo elaborado pelo Dieese entre 2012 e 2021.

Postos de Trabalho



fechados na categoria bancária

6,3 mil



criados nas cooperativas de crédito

10,7 mil

Fonte: Caged | Ano 2023

O diretor do Sindicato Carlos Pereira de Araújo (Carlão) relata que todas essas mudanças no sistema financeiro impuseram à categoria bancária repensar a sua própria organização. “Do ponto de vista da organização sindical e das relações de trabalho, nossa luta é para tratar todos esses trabalhadores como parte do ramo financeiro, garantindo um leque de direitos iguais ou semelhantes aos dos bancários,

tendo como referência a nossa Convenção Coletiva e acordos, independente se estamos tratando em um banco totalmente digital ou convencional. Isso inclui uma forma de contratação menos precária, com vínculos formais, mais direitos e maior proteção trabalhista”, relata.

Mas, para que esse pleito avance, é necessário um outro passo: a regulamentação do sistema financeiro, uma pauta que mexe com o apetite inclusive dos bancos tradicionais. “É algo que envolve muitos interesses. Com o crescimento indiscriminado dos bancos digitais, fintechs e startups, mesmo os bancos convencionais defendem uma regulamentação, mas em prol dos seus próprios interesses. Para nós, é urgente normatizar a criação e o funcionamento dessas instituições financeiras para garantir uma fiscalização eficaz por parte do Banco Central, a



Ação sindical em julho de 2024: Sindicato denunciou demissões e fechamento de agências no Bradesco, como resultado de reestruturações para empurrar parte dos clientes para canais digitais e correspondentes

segurança dos clientes, além do interesse social envolvido na atividade bancária. O sistema financeiro deve estar a serviço do desenvolvimento econômico e social do país, não do lucro privado”, conclui.



Só no primeiro semestre de 2023, o Itaú demitiu 1.419 bancários e fechou 180 agências. O Sindicato rodou agências dialogando com empregados e clientes



Campanha “Nossa saúde importa” debateu com bancários e clientes como condições de trabalho podem afetar a saúde do trabalhador

Saúde: a epidemia das doenças psíquicas nos bancos

Pesquisa mostra que 67% dos bancários respondentes já enfrentaram ou ainda enfrentam algum tipo de sofrimento mental relacionado ao trabalho

A mudança do trabalho bancário trouxe como consequência a alteração nas formas de adoecimento da categoria. Se antes as ocorrências eram as lesões por esforços repetitivos e as doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (LER/Dort), a última década foi marcada pelo grande volume de adoecimento psíquico

dos bancários e das bancárias.

“Nesse período nós tivemos a consolidação do neoliberalismo nos bancos, com a adoção do modelo de negócios que transformou as agências bancárias em balcões de venda de produtos e a produtividade projetada em metas cada vez mais inalcançáveis”, afirma a diretora do Sindicato Lizandre Borges, que

por dois mandatos esteve à frente da Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho da entidade. O adoecimento da categoria está diretamente relacionado ao modelo de gestão dos bancos, pautado nas metas cada vez mais abusivas e desumanas.

NOVAS AÇÕES

Nos últimos quatro anos, o Sindicato atualizou sua política de saúde e colocou o assunto em pauta como forma de levar a categoria à reflexão coletiva, encampando e ampliando a cam-

panha nacional Menos Metas, Mais Saúde e promovendo diversas ações sobre o tema.

O atual diretor de Saúde do Sindicato, Ronan Teixeira, afirma que “o trabalho, que deveria ser promessa de vida, está sendo sinônimo de adoecimento”.

Em palestra na Conferência Estadual dos Bancários de 2023, o psicólogo André Guerra alertou: “Existe uma verdadeira pedagogia empresarial; as corporações produzem uma certa forma de pensar, de sentir, de ver o mundo,

contribuindo para que os próprios trabalhadores explorados pela empresa contribuam para a construção dessa exploração”. Um desses mecanismos utilizados pelos bancos são os processos de avaliação do desempenho.

PESQUISA LOCAL

Em 2024, o Sindicato, por meio da Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho, buscou a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) propondo uma parceria para, com lastro científico, identificar a situação de saúde e adoecimento da categoria. A parceria resultou na pesquisa Nossa Saúde Importa, desenvolvida em conjunto com o Laboratório de Pesquisas e Práticas em Psicologia do Trabalho e Organizacional, Saúde e Subjetividade (LAPPTOS), do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Ufes, sob a coordenação dos professores Thiago Drumond Moraes e Roberta Belizário, com o objetivo de mapear os dados sociodemográficos e rastrear as condições de saúde da categoria como forma de dar subsídios para as negociações com os bancos visando melhorar o ambiente de trabalho.

No lançamento da pesquisa, Ronan Teixeira destacou que os bancários “dormem e acordam pensando nas diretrizes dos bancos, passam os dias pressionados e asfixiados por metas inatingíveis e assediadoras. Vemos nossos corpos estilhaçados e deixa-



Debate sobre Saúde Mental dos Bancários na Conferência Estadual da categoria, em 2024



Campanha Menos Metas, Mais Saúde foi lançada em 2023, com ações em bancos públicos e privados. Colagens nas agências serviram como medida de pressão interna e conscientização

mos aqui no banco nossa saúde física e mental”. Ronan explicou que foi nesse “contexto angustiante” que o Sindicato buscou a Universidade para, “com método e lastro científicos”, documentar o que vem acontecendo no cotidiano dos bancários. “É a oportunidade de focar na saúde mental da categoria”, afirmou.

A pesquisa da Ufes foi respondida por aproximadamente 12% dos bancários da base capixaba, cerca de 6.500 trabalhadores de bancos públicos e privados. Os resultados escancaram que a situação é grave: 67% dos bancários que responderam à pesquisa já enfrentaram ou ainda enfrentam algum tipo de sofrimento mental relacionado ao trabalho, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico e estresse. Em 44% dos casos, o nível

do adoecimento é extremamente grave. “É uma população bastante afetada sob o ponto de vista da saúde mental”, afirma o professor Thiago Drumond. Ansiedade em nível grave, depressão e estresse são os males mais citados.

Para Drumond, as ferramen-

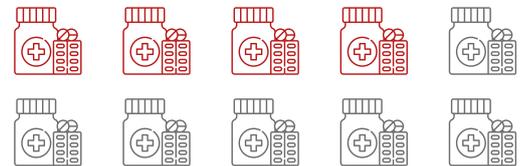
tas institucionais de gestão desenvolvidas ao longo dos anos fazem o trabalhador internalizar a “submissão voluntária”, de forma que ele fique disponível para esse tipo de gestão adoecedora, “dormindo e acordando pensando no trabalho”.

67%



já enfrentaram ou enfrentam algum tipo de sofrimento mental relacionado ao trabalho, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico e estresse.

44%



dos casos são de adoecimento extremamente grave.

Fotos: Sérgio Cardoso



Para promover a pesquisa em saúde, o Sindicato levou às agências esquete teatral, distribuiu cartilhas e outros materiais

“Precisamos trabalhar coletivamente para quebrar a lógica empresarial que submete o trabalhador a uma rotina que adoce sem que seja perceptível de imediato, pois temos um modelo de gestão que absorve as energias do trabalhador cotidianamente.”



Ronan Teixeira

diretor do Sindibancários/ES

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO E ORIENTAÇÃO

Paralelamente à pesquisa, o Sindicato iniciou em abril de 2024 um Serviço de Acolhimento Psicológico voltado para os trabalhadores em sofrimento psíquico decorrente do trabalho, oferecendo escuta individualizada – que não caracteriza terapia, apenas atendimento focal, com número de sessões definido. Além do atendimento, a Secretaria de Saúde do Sindicato orienta e acompanha as demandas dos bancários na área de saúde do trabalhador.

Precisa de ajuda ou orientação?

Ligue ou mande uma mensagem para a Secretaria de Saúde: (27) 99961-4185



Pauta de saúde foi destaque em campanhas salariais

Foto: Rodrigo Gavini

Na linha **90** ANOS dos *Nossos passos vêm de longe*

1992 - O Sindicato lançava a campanha “A vida vale mais que o lucro”, reivindicando proteção à integridade física e psicológica dos funcionários diante do crescente número de assaltos às agências bancárias.



Foto: Acervo Sindibancários/ES

1996 - O Sindicato promoveu campanhas de prevenção à LER, além do acompanhamento e orientação de bancários lesionados, que também eram impactados emocionalmente pelo adoecimento.



Foto: Sérgio Cardoso

1997 - O reflexo do trabalho na saúde mental dos bancários foi pauta do simpósio promovido pelo Sindicato em parceria com a Ufes, Fundacentro e Arbes.



Foto: Sérgio Cardoso



O Sindicato fez várias ações denunciando a privatização, incluindo panfletagens em feiras e coleta de assinatura para abaixo-assinado

Banestes: banco faz privatização silenciosa e bancários resistem

Modelo de privatização fatiada se intensificou sob Casagrande. Icatu, Zurich, BR Partners, Genial e a nova empresa que será anunciada como parceira da loteria detêm hoje uma boa parte dos ativos do Banestes e de suas subsidiárias

O Sindicato dos Bancários/ES, por meio do Comitê em Defesa do Banestes Público e Estadual, atualizou suas ações de mobilização contra os ataques privatistas ao Banestes. Isso porque os últimos governos passaram a recorrer a

um modelo disfarçado de privatização, caracterizado pela venda fatiada dos ativos a partir de parcerias com a iniciativa privada – uma prática que se intensificou sob a gestão de Renato Casagrande.

Em 2017, Paulo Hartung

(PMDB, atual MDB) iniciou a venda fatiada do Banestes a partir da Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização (Banescor). O então governador entregou de mão-beijada para a Icatu a parte mais valiosa da Banescor.

Mesmo se comprometendo a não vender o banco estadual na campanha de 2018, o gover-

nador Casagrande (2019 – 2022) também adotou a estratégia de negociação dos ativos das subsidiárias. A bola da vez, em 2021, foi a Banestes Seguros. Sem transparência e tampouco discussão com o movimento sindical e os funcionários, os ativos da seguradora foram passados a Zurich, uma gigante mundial do setor de seguridade.

Fotos: Sérgio Cardoso



Logo após a parceria fechada com a Icatu, o Comitê lançou a campanha “Esse Banco é da Nossa Conta”, com o intuito de denunciar a ameaça de privatização e resistir às mudanças. O Comitê também atuou contra o fechamento de unidades, como aconteceu em Barra do Riacho, onde a mobilização popular, em conjunto com o Sindicato, conseguiu reverter o fechamento do posto de atendimento.

“É aquela história de ir comendo pelas beiradas. A estratégia é privatizar os ativos do banco e de suas subsidiárias em fatias, quase que silenciosamente. Se perguntarem a Casagrande se o Banestes está sendo vendido, ele vai jurar de pés juntos que não. Vai dizer que o banco tem feito parcerias estratégicas com o setor privado para fortalecer ainda mais o Banestes. Casagrande pode chamar como quiser, mas ativos valiosos do banco estão sendo entregues à iniciativa privada.”



Jonas Freire

diretor do Sindibancários/ES

Hartung e Casagrande fugiram do modelo clássico de privatização, caracterizado pela oferta pública das ações (IPO) na bolsa.

“O BANESTES É NOSSO”

O processo de entrega dos ativos da Banestes Seguros foi tumultuado. A Zurich só foi anunciada como parceira do banco capixaba em janeiro de 2023,



Em 2019, os banestianos se mobilizaram contra a terceirização da área de tecnologia e o fechamento de agências, com atenção especial à unidade da Graciano Neves, primeiro alvo do plano de desmonte da rede física, que sempre teve a capilaridade como a sua principal marca



Ação da campanha "O Banestes é nosso", no Palas Center, em Vitória

após Casagrande ter assumido o terceiro mandato (2023 - 2026).

Tentando preservar os ativos da seguradora, o Comitê iniciou uma grande mobilização junto aos funcionários e à sociedade capixaba. A campanha "O Banestes é Nosso" se concentrou na Grande Vitória e municípios-chave do interior. A mobilização repercutiu no meio político e aumentou a pressão sobre Casagrande.

DENÚNCIA AO MP DE CONTAS

O Sindicato denunciou ao Ministério Público de Contas (MPC) a parceria entre o Banestes e o banco Genial – encarregado de fazer a avaliação da seguradora e selecionar a empresa que assumiria os negócios de seguradora. Destacando a falta de transparência e a generalidade dos termos contratuais, o Sindicato solicitou a nulidade do contrato entre o Banestes e o Genial.

O esforço foi válido: o procurador de Contas deu parecer favorável à admissibilidade da representação. O conselheiro-relator do processo, Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha, no entanto, se manifestou posteriormente pelo arquivamento, alegando o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade. "Sabíamos que o colegiado do Tribunal de Contas, ao contrário do Ministério Público, que é técnico, costuma decidir as contendas de maneira política, e dessa vez não foi diferente,

ainda mais porque a denúncia envolvia diretamente o governo”, aponta o diretor do Sindicato Carlos Pereira de Araújo (Carlão).

SEGURANÇA JURÍDICA

A denúncia feita ao Ministério Público de Contas serviu como alerta para o governador buscar segurança jurídica para as parcerias. Em maio de 2022, Casagrande articulou na Assembleia Legislativa a aprovação da Lei 11.617, que autorizou o Banestes a adquirir participações em sociedades, especialmente de tecnologia, startups ou fintechs, nacionais ou estrangeiras, bem como criar subsidiárias controladas direta ou indiretamente. “Em resumo, a lei deu um cheque em branco para o governador poder tocar o processo de privatização”, aponta Jonas Freire, diretor do Sindicato.

No primeiro dia útil do novo mandato de Casagrande, em 2023, foi anunciada a parceria com a Zurich. Na prática, a empresa assumiu uma seguradora com sólida credibilidade entre os capixabas, com as contas no azul e com um potencial de crescimento invejável. “E ainda ganhou uma rede física pronta com capilaridade nos 78 municípios capixabas e um corpo de mais de 2 mil funcionários, ou seja, levou os produtos e ainda ganhou o balcão para vendê-los”, pontuou Jonas.

FALTA TRANSPARÊNCIA

A principal crítica do Sindicato à gestão de Casagrande está relacionada à falta de transparência. “Lamentavelmente, o governador é refratário ao diálogo com os sindicatos e movimentos populares organizados. Essa postura se estende à direção do Banestes”, diz Jonas.

Todo esse processo tem gerado ansiedade entre os funcionários que não sabem ao certo os impactos dessas parcerias.

Sob Casagrande, a entrega feita dos ativos do Banestes e das suas subsidiárias se intensificou. Do seu segundo mandato para cá, além da Zurich, o Banestes fechou uma plataforma de investimentos com o banco Genial; uma parceria com a Visa para ofertar cartões de crédito e incrementou seus negócios em consórcios com a Embracon.

“Esse processo vem causando o encolhimento gradativo do



Foto: Sérgio Cardoso

Tribuna livre: Sindicato rodou o Estado visitando câmaras municipais para dialogar com vereadores e moradores sobre a importância do Banestes



Foto: Zanete Daalho

Renato Casagrande, na campanha eleitoral de 2022, quando assinou o termo de compromisso em prol do Banestes público e estadual

patrimônio do banco e pode impactar os resultados do Banestes. Hoje, o lucro do banco retorna em melhorias para a população capixaba. À medida que o patrimônio público vai encolhendo, o retorno em políticas públicas também diminui”, afirma Carlão.

Em 2023, o banco repassou ao Estado, em forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, R\$ 186 milhões dos R\$ 371 milhões obtidos como lucro líquido acumulado. Jonas destaca a importância do banco público para o Espírito Santo. “Um dos propósitos de nossa luta é assegurar que o lucro continue retornando em programas sociais. A fidelização do capixaba para manter sua conta no Banestes se deve justamente a esse retorno nas áreas de saneamento, educação e outras políticas que beneficiam a população. À medida que esse patrimônio é fatiado e passa para a iniciativa privada, ele vai para o bolso de acionistas privados que não têm compromisso com o desenvolvimento socioeconômico do Estado”, aponta Jonas.

LOTERIA CAPIXABA

Mais uma vez se valendo da estratégia de fazer grandes operações envolvendo o Banestes na surdina, o governador Renato Casagrande conseguiu aprovar na última sessão de 2023 da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (PLC 70/2023),

que regulamenta o serviço de loteria estadual no modelo joint-venture, ou seja, uma parceria do Banestes com a iniciativa privada que resultaria numa terceira empresa (subsidiária do Banestes).

Para Jonas, “a falta de transparência virou uma marca desse governo. Lamentavelmente, essa

negociação ocorreu com o aval da maioria dos deputados. Essa deveria ser uma matéria amplamente discutida pela Assembleia antes de ser votada, com explicação detalhada da parceria, suas implicações e riscos. A única exceção foi a deputada Camila Valadão (Psol), que votou contra o projeto”.

Na linha dos 90 ANOS *Nossos passos vêm de longe*

1996 - Manifestação na Assembleia Legislativa do Espírito Santo contra o projeto de desestatização e as demissões no Banestes.



Foto: Sérgio Cardoso

2002 - Ato contra a privatização do Banestes reuniu mais de 8 mil pessoas na Praia de Camburi.



Foto: Samuel Vieira

2009 - O Comitê em Defesa do Banestes realizou plebiscito consultando 45.673 pessoas sobre a possibilidade de venda do Banestes ao Banco do Brasil. O resultado: 91% votaram pela manutenção do Banestes como banco público e estadual.



Foto: Sérgio Cardoso



Ação sindical nas agências de Vitória celebrou o papel social da Caixa no seu aniversário de 164 anos em janeiro de 2025

Caixa: maior banco público do país resiste a ataques privatistas

Bancários e bancárias protagonizam luta pela Caixa 100% pública e sustentam mobilização nacional contra o desmonte e o fatiamento

A Caixa Econômica Federal completou 164 anos em 12 de janeiro de 2025, e foi pelo protagonismo e coragem dos seus empregados que o banco pôde celebrar a data como 100% pública. Mas a instituição financeira não saiu ilesa dos ataques neoliberais dos últimos anos.

O maior banco público do

país, principal agente de desenvolvimento e gestor das políticas públicas governamentais, enfrentou uma severa política de desmonte que incluiu reestruturações, tentativa de abertura de capital e um processo de transferências de serviços para subsidiárias seguido da venda de ativos para o setor privado – uma forma de privatização fa-

tiada que vem atingindo várias empresas públicas. A Caixa Seguridade foi uma das subsidiárias que teve o capital aberto e aguarda a segunda oferta de ações ao mercado.

À frente da luta pela Caixa pública no Espírito Santo, a coordenadora-geral do Sindibancários/ES, Rita Lima, destaca o papel estratégico do banco para o povo brasileiro e a importância de que permaneça público. “A Caixa tem uma vocação social. É o banco da habitação, do financiamento estudantil, das políticas de distribuição de renda; é o banco que acolhe os mais pobres e que tem a preocupação de levar crédito para reduzir as desigualdades. Defendemos a Caixa porque sabemos que o futuro desse país depende também dessa empresa e da aplicação das políticas sociais”, diz.

A LUTA CONTRA A ABERTURA DE CAPITAL

Surgem no final de 2014, ainda no governo Dilma Rousseff (PT), os primeiros rumores sobre uma possível abertura de capital da Caixa. A medida era parte de um grande pacote de ajuste fiscal e foi recebida pelos trabalhadores como um rompimento do compromisso do governo federal. O movimento sindical se posicionou prontamente e a abertura foi descar-

tada. Mas com a consolidação do golpe, em 2016, Michel Temer (MDB), ainda prestes a assumir a presidência, colocou a execução da proposta como prioridade, indicando a privatização das áreas de seguro, loterias e cartões, para que fosse realizada a oferta pública de ações. A “justificativa” era que a Caixa precisava de um “saneamento operacional”, e Temer se mostrou disposto a fazer um “pente-fino” no banco.

Rita Serrano, militante his-

tórica da Caixa que esteve na presidência do banco de janeiro a outubro de 2023, no terceiro mandato de Lula, acompanhou esse processo de perto. À época, ela era representante dos empregados no Conselho de Administração, uma posição conquistada pelos trabalhadores a partir da Lei nº 12.353/2010, que permitiu um monitoramento mais preciso das ameaças à integridade e à sustentabilidade do banco. Ela resgata que a ameaça à Caixa



Fotos: Sérgio Cardoso

O Sindicato coletou assinaturas para abaixo-assinado e protestou contra a abertura de capital da Caixa e o pacote de ajuste fiscal do governo federal, em janeiro de 2015



Foto: Fábio Vicentini

No aniversário de 154 anos da Caixa (2015), os bancários já denunciavam a ameaça de privatização

era parte de uma conjuntura de ataques ainda mais ampla.

“Concomitante ao debate de tornar a Caixa uma sociedade anônima (SA), dentro desse contexto de enfraquecimento do governo, corria no Congresso um projeto de lei, o PLS 555, cujo texto original era nefasto. O projeto previa facilitar o processo de privatização de todas as empresas públicas do Brasil, fossem elas federais, estaduais ou municipais; tornava obrigatório que as empresas 100% públicas, como a Caixa, se tornassem SA e, em seguida, abrissem o capital. E para as empresas de capital aberto, previa que o governo vendesse a sua participação para deixar de ser majoritário. Isso não envolvia só a Caixa, mas todas as empresas públicas”, explica.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 555 (PL 4918 na Câmara) criava o Estatuto das Estatais. Sua tramitação levou o movimento sindical e social a criarem o Comitê em Defesa das Empresas Públicas, fórum de discussão liderado por Serrano, que atuou intensamente por nove meses construindo articulação com parlamentares no Congresso Nacional, mobilizando os trabalhadores das empresas públicas e promovendo ações de diálogo e conscientização voltadas para a sociedade. O Sindibancários/ES

participou ativamente das ações do Comitê, com atos públicos, audiências e panfletagens em agências.

“Foi aí que lançamos a campanha ‘Se é público é para todos’, porque ficou claro que não bastava derrotar esse projeto, tínhamos que dialogar com a sociedade sobre a importância das empresas públicas. Se as pessoas não conhecem essa importância,

continua parecendo que tudo que é privado é melhor, mais eficiente, e isso não é verdade. Queríamos deixar claro que o privado é para poucos, enquanto o público é para todo mundo, é democrático, é universal”, salienta Serrano.

O PLS 555 foi aprovado pelo Senado e pela Câmara e sancionado em junho de 2016. A mobilização dos trabalhadores, no entanto, garantiu alte-



O deputado Helder Salomão (PT) foi um dos abordados no aeroporto de Vitória em ação sindical contra a votação do projeto, em 2016



Campanha contra o PLS 555 nas agências da Caixa

rações no texto original e retirou do projeto as cláusulas claramente privatistas, como a obrigatoriedade de as empresas públicas tornarem-se sociedades anônimas e de o governo tornar-se sócio minoritário. O projeto, todavia, permitiu que profissionais liberais pudessem ser indicados aos cargos de dirigentes das estatais e restringiu a participação de sindicalistas e militantes de partidos nas diretorias dos conselhos, criminalizando a organização política garantida na Constituição. O projeto permitiu, ainda, a presença de profissionais liberais nos conselhos das empresas públicas, abrindo espaço para especuladores e lobistas em espaços estratégicos para a soberania brasileira.

Por fim, o Estatuto deixou outra importante brecha: se, para ser privatizada, as empresas públicas tinham que passar por autorização do Congresso Nacional, as subsidiárias não. A partir daí, o governo Temer e, posteriormente, Bolsonaro, assumiram a estratégia de criar subsidiárias para facilitar a privatização.

O Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para questionar as mudanças, mas, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) selou o es-

quartejamento das empresas públicas, permitindo a venda das subsidiárias sem autorização do Congresso.

“Somente a Caixa abriu doze subsidiárias entre 2014 e 2022, para onde foram direcionadas as principais operações do banco, como seguros, cartões, loterias e fundos de investimento”, lembra Rita Serrano.

Para a diretora do Sindicato Rita Lima, a decisão é suficiente para desidratar as empresas públicas, causando grave prejuízo à população brasileira. “Com a entrega das subsidiárias para o setor privado, o governo perde rentáveis fontes de recursos que são destinados para as políticas públicas. Quase metade da arrecadação com as loterias administradas pela Caixa, por exemplo, é transferida para áreas prioritárias, como Seguridade Social, Esporte, Cultura, Segurança Pública

e Saúde. Em 2023, quando a arrecadação chegou a R\$ 23,4 bilhões, o repasse social foi de R\$ 11 bi. É preciso desconstruir a ideia de que as empresas públicas geram gastos. Pelo contrário, elas são altamente lucrativas e geram recursos para a manutenção das políticas públicas de atendimento à população”, completa Rita.

CONTRA O DESMONTE

O Comitê em Defesa da Caixa 100% Pública, criado em outubro de 2017 por Fenae, Fenag, Fenacef, Advocef, Aneac, Audi-Caixa, Social Caixa, Contraf e centrais sindicais, comandou as ações de resistência contra a venda das subsidiárias.

Em outubro de 2019, depois de duas tentativas frustradas, o governo Bolsonaro conseguiu vender a Lotex, responsável pela administração das loterias instantâneas da Caixa, mais co-



Rita Serrano na Conferência Estadual dos Bancários e das Bancárias

nhecida como raspadinha. A estimativa era arrecadar até R\$ 4 bilhões, mas o consórcio Estrella Instantânea, formado por grupos da Itália e dos EUA, arrematou a empresa por apenas R\$ 96,9 milhões e sete parcelas anuais de R\$ 103 milhões. Mesmo pagando preço de banana, um ano depois o consórcio desistiu do negócio. Agora, bancários e bancárias novamente estão se mobilizando para evitar o processo de transferência das loterias da Caixa para uma subsidiária.

Em abril de 2021, foi a vez da oferta pública de ações da Caixa Seguridade (IPO, em inglês), que colocou à venda cerca de 20% das ações da empresa. Como forma de resistência, bancários e bancárias realizaram inúmeros protestos e ajuizaram na Justiça Federal de Brasília uma ação popular.

“Pedro Guimarães era o presidente da Caixa nesse período. Sua gestão foi uma das mais terríveis no que diz respeito ao desmonte da Caixa e ao desrespeito aos direitos dos empregados. A pressão por metas, o aumento exponencial do adoecimento mental dos empregados, o assédio moral e sexual, tudo isso virou rotina como expressão da falta de decoro e da certeza da impunidade que são próprias dos integrantes do desgoverno Bolsonaro. Isso culminou com o escândalo do assé-

dio sexual do Pedro e de vários da sua equipe, que virou caso de polícia”, conta Rita Lima.

REESTRUTURAÇÕES

O movimento sindical também se mobilizou contra medidas de reestruturação que integravam o projeto de desmonte da Caixa, afetando diretamente as condições de trabalho do corpo funcional. “É um projeto de esvaziamento da Caixa, de enfraquecimento da sua estrutura, capacidade de operação e, consequentemente, do seu papel público”, conta Rita Lima.

Em 2016, o Sindicato realizou um Dia Nacional de Luta contra a reestruturação do banco, que extinguiu setores como Gipes e Girec, no Espírito Santo.

A gestão de Gilberto Occhi lançou um Programa de Apoio à Aposentadoria (PAA), promoveu cortes de funções e fechamento de setores.

Em julho de 2017, a direção da

Caixa anunciou o aprofundamento da reestruturação, promovendo automação de processos, centralização de atividades, corte de funções e mudanças de logística. A reestruturação previa a redução de 424 unidades de área-meio para 293, além de um duro corte de funções e da realocação de empregados.

Em 2020, nova reestruturação foi alvo de protesto do movimento sindical, por aproximar a Caixa de uma perspectiva de mercado, em detrimento de sua função pública e social. Em Vitória, houve retardamento da abertura da agência da Reta da Penha.

PATRIMÔNIO ESTRATÉGICO

A luta em defesa da Caixa exige um diálogo permanente com a sociedade sobre a importância desse patrimônio público. “O papel fundamental de um banco público é olhar para todos, não só para aqueles que têm dinhei-



Dia de luta contra a reestruturação da Caixa

Fotos: Sérgio Cardoso

ro. A Caixa cumpre a sua missão social ao mesmo tempo que consegue garantir viabilidade, capilaridade e atendimento de qualidade para o país inteiro, com ação vigorosa no gerenciamento dos benefícios sociais e na habitação. A pandemia, por exemplo, mostrou o papel preponderante da Caixa e de seus empregados como maior gestora de políticas públicas do governo federal. Os bancários da Caixa deram suporte a milhões de brasileiros durante a crise sanitária”, diz.

Sobre os desafios atuais para garantir a sustentabilidade da Caixa, Rita Serrano destaca que falta ao governo uma visão estratégica. “O governo precisa definir qual papel ele quer para as empresas públicas e para a Caixa. O banco vem perdendo serviços, como o Cadastro Único e o DPVAT. É toda uma estrutura e conhecimento concentradas pela Caixa que é perdida na gestão desses serviços, além da remuneração. Tudo isso, no médio prazo, pode comprometer o futuro do banco”, explica.

Serrano também destaca a necessidade de mais investimentos. “Quando fui presidente da Caixa, recebi a missão de retomar o papel do banco no desenvolvimento do país, reforçando os investimentos nos municípios, em infraestrutura e habitação. Na minha gestão, emprestamos R\$ 15 bilhões para os municípios.



Dias de luta contra a reestruturação da Caixa

Em 2024, a Caixa chegou a R\$ 8 bilhões, praticamente a metade. O banco também precisa investir rapidamente em tecnologia, área em que há uma defasagem em relação aos grandes bancos. Isso é essencial para garantir sustentabilidade. Se a Caixa perde os principais serviços do governo, perde mercado de habitação, onde se destaca, e se não há investimento em tecnologia, teremos um problema mais sério de sustentabilidade”, diz.

A mobilização dos empregados, articulados com as centrais sindicais e vários segmentos sociais, conseguiu limitar o projeto privatista sobre a Caixa. Mas a luta por um banco 100% público e socialmente referenciado continua, como afirma a coordenadora-geral do Sindicato, Rita Lima.

“Hoje os bancários da Caixa trabalham sobrecarregados, lidam com a pressão por metas, ameaças de descomissionamentos e as tentativas de sucateamento do banco, e nossa resistência passa também pela valorização do corpo funcional e melhoria das condições de trabalho. Nós, funcionários, somos guardiões do papel social da Caixa, e assim devemos continuar. Seguiremos lutando contra a entrega do patrimônio público, defendendo os direitos dos empregados e a Caixa 100% pública”, conclui.

DEFENDER A CAIXA É INVESTIR NO FUTURO DO PAÍS

DEFENDER A CAIXA É DEFENDER O BRASIL

DEFENDA A CAIXA VOCÊ TAMBÉM

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DA CAIXA

www.defendaacaixa.com.br

Não tem sentido ENFRAQUECER & FATIAR & REDUZIR & PRIVATIZAR A CAIXA

APCEP/ES - CONTRAF - FENAE

EU DEFENDO A CAIXA 100% PÚBLICA

#ACAIXAÉDOPOVO

APCEP/ES - CONTRAF - FENAE - Sindicato Bancários Equilíbrio SSB

#MEXEU COM A CAIXA MEXEU COM O BRASIL

CONTRAF - FENAE

O que é público pra você?

se é público, é para todos

Defender a Caixa é defender o Brasil.

#A CAIXA É TODA SUA



Protesto contra o Inova em dezembro de 2024; o Sindicato denunciou que mudanças favorecem o desmonte do BB

O Banco do Brasil sob a mira do capital privado

Bancários e bancárias lutam para que o banco cumpra seu papel público

Fundado em 1808, o Banco do Brasil chegou aos seus 216 anos em 2024 acumulando resultados históricos. Em 2022, obteve o melhor resultado entre os cinco maiores bancos brasileiros, com lucro líquido de R\$ 31,8 bilhões – valor 51,3% maior que o do ano anterior –, e o segundo maior ativo, totalizando pouco mais de R\$ 2 trilhões. Em 2023, foi conside-

rado o banco mais sustentável do planeta, segundo o ranking Corporate Knights, que produz classificações de mercado e produtos financeiros. Os números são de um gigante do sistema financeiro nacional. Mas qual tem sido o impacto desses resultados para o corpo funcional e quais políticas têm orientado essa performance?

Para a diretora do Sindiban-

“Estamos vivendo um movimento de desmonte, de ataque ao patrimônio público. Através de sucessivas reestruturações, o banco vai sendo preparado para o mercado, reduzindo sua estrutura, cortando direitos, pra depois ser entregue a preço de banana para o capital privado, através da venda de ativos. É uma nova forma de privatizar. E resistir a esse desmonte tem sido nosso principal desafio.”



Gorette Barone

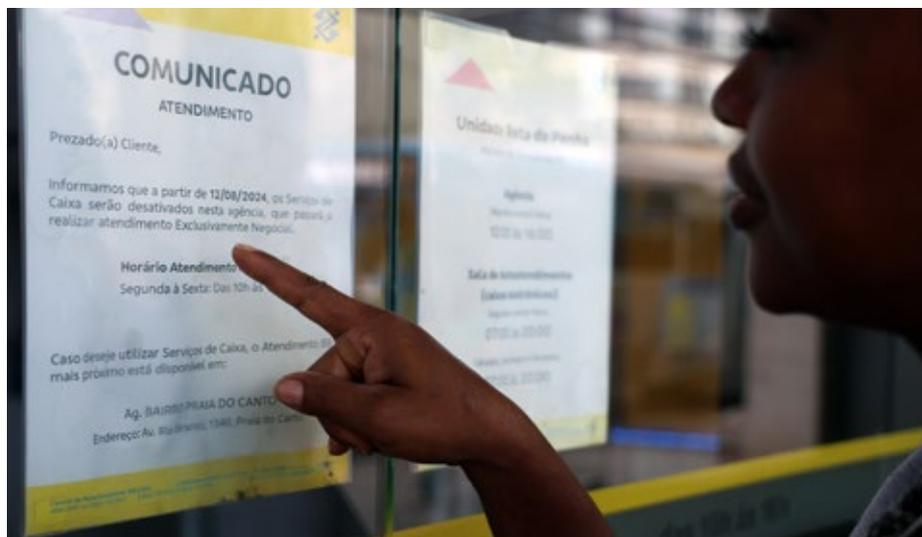
diretora do Sindibancários/ES

cários/ES Gorette Barone, a rota do Banco do Brasil reflete uma drástica aproximação do BB a uma estratégia de mercado, em detrimento da sua função pública e social. O avanço da lógica privada, segundo ela, aconteceu de forma gradual por meio da venda de ativos e de reestruturações que impactaram o modelo de gestão, a estrutura do banco e o contingente de empregados. “O BB se espelha nos grandes bancos privados e adota estratégias semelhantes para

alcançar os mesmos patamares de rentabilidade. Com isso, sua atuação como agente financeiro público e promotor do desenvolvimento socioeconômico fica

escanteada”, explica.

A implementação de uma gestão orientada para o mercado e o enxugamento da estrutura do banco são percebidos como mo-



Em agosto de 2024, bancários realizaram um ato público com café da manhã na agência da Reta da Penha, e coletaram assinaturas contra a retirada do serviço de caixa

Fotos: Sérgio Cardoso

vimentos preparatórios para a privatização – um risco nunca descartado, mas que ganha mais ou menos concretude a depender do governo de plantão. Durante a gestão Bolsonaro, o então presidente do banco, Rubens Novaes, deu várias declarações defendendo a venda do BB. Em 2019, afirmou que a privatização era “inevitável”, e que o banco precisava ser vendido para se tornar competitivo. Pura balela!

A ameaça de privatização é real e vem acontecendo, mas de maneira fatiada. Apesar de seguir majoritariamente público, a composição acionária do Banco do Brasil teve significativa redução da participação estatal. Nos últimos 20 anos, o controle da União passou de 72% para 50%. O caso mais recente de venda de ativos, concluído em 2022, foi o da BB-DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), empresa gestora de fundos de investimentos, líder no segmento de fundos de investimentos de terceiros no país e reconhecida como uma das melhores gestoras de fundos de renda fixa. O modelo de privatização envolveu a venda de 50% para a iniciativa privada.

LUTA PELO BB PÚBLICO É URGENTE

Se por um lado o Banco do Brasil ostenta números de liderança no mercado, sua atuação

como agente público mostra o tamanho do seu potencial quando voltado para as políticas sociais e demandas mais urgentes da população brasileira.

Em 2023, a carteira de crédito sustentável do BB apresen-

tou um saldo de R\$ 343 bilhões em operações de crédito, valor que compreende o financiamento de atividades com impactos socioambientais positivos, como setores de energias renováveis; construção, trans-

Na linha dos **90 ANOS** *Nossos passos vêm de longe*

1995 - Durante a onda neoliberal, o BB encerrou as atividades de pelo menos 85 Centros de Processamento de Serviços e Comunicações (Cesec), centralizando serviços em âmbito estadual e regional. O Espírito Santo foi um dos alvos.



Fotos: Sérgio Cardoso

1997 - Em junho de 1997, debate sobre reforma estatutária da Previ lotou auditório da Ufes. Entre as consequências das reestruturações promovidas por FHC estavam a redução da contribuição do patrocinador na Cassi e na Previ.



2010 - Este foi considerado o ano da isonomia, com uma grande campanha que mobilizou bancários do BB e da Caixa pela recuperação de direitos perdidos em reestruturações promovidas em 1995 e 1996 por FHC.



porte, agricultura e turismo sustentáveis; água; pesca; floresta; gestão de resíduos; atuação emergencial pandêmica; educação; saúde e desenvolvimento local e regional.

“Ao longo de sua história, o Banco do Brasil esteve presente em todos os grandes projetos de desenvolvimento do país. É um dos nossos maiores instrumentos de política econômica e desenvolvimento social, e isso se dá pelo seu caráter público e pela qualificação e comprometimento do seu corpo funcional. Seguiremos lutando para que esse banco cumpra seu papel primeiro, de atuar na democratização do crédito, na distribuição dos recursos públicos, em projetos de infraestrutura, na produção de alimentos e na diminuição das profundas desigualdades que enfrentamos com investimentos em várias áreas”, enfatiza a diretora Goiretti Barone.

PROJETO INOVA PREJUDICA ESTRUTURA DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO

Implementado em junho de 2024 como piloto nas agências do Espírito Santo, o Programa Inova Varejo foi uma das recentes reestruturações realizadas pelo Banco do Brasil e trouxe transtornos, perda de direitos para os empregados e redução do atendimento à população.

A reestruturação consistiu numa profunda mudança no encarteiramento dos clientes, com implementação de novas ferramentas de trabalho e aumento das metas. Além disso, quatro agências (Reta da Penha, Ufes, Itapoã e Glória) perderam a atividade de caixas presenciais, e clientes que procuravam o serviço tiveram que ser direcionados para outras unidades. Os bancários tiveram, ainda, os números de produção do terceiro trimestre de 2024 zerados.

Apesar de trazer no nome um sentido de modernização, em poucos meses o Inova conseguiu deixar claro seu verdadeiro propósito: intensificar as metas e reduzir os custos para ampliar as margens de lucro do Banco do Brasil. “É um modelo que agudiza o adoecimento. Mais uma vez o lucro é mais importante do que funcionários e clientes”, critica Bethania Emerick, diretora do Sindicato.

MUDANÇAS CRIAM AMBIENTE DE FRUSTRAÇÃO E ADOECIMENTO

Para o corpo funcional, as reestruturações deixam cicatrizes profundas, não apenas pelo impacto na rotina de trabalho, mas também pela falta de diálogo com que são implementadas, como relata a diretora do Sindicato Glória Dias.

“As reestruturações geral-

“As áreas mais impactadas foram as de atendimento ao cliente, como o Varejo. Foi um projeto cercado de dúvidas, em que os bancários não tiveram espaço de adaptação.

As mudanças vieram de uma vez, com ferramentas novas, metas que chegaram a ser dobradas e clientes com quem o empregado não tinha relacionamento. Apesar disso, era preciso alcançar os resultados para obter uma boa avaliação e não ser prejudicado na PLR.”



Bethania Emerick
diretora do Sindibancários/ES

mente vêm de forma vertical, e boa parte dos funcionários só fica sabendo quando são iniciadas. A insegurança é uma constante, não no sentido de demissão, como acontece nos bancos privados, mas é o medo do descomissionamento, de ter o posto de trabalho fechado, ter que mudar de cidade repentinamente, ter que reorganizar sua vida financeira, esse medo é permanente”, aponta Glória Dias.

VEJA O IMPACTO DAS ÚLTIMAS REESTRUTURAÇÕES DO BB

2014 e 2015 - BB decide reestruturar a Diretoria Corporate Bank, fechando a Gerência Regional de Apoio ao Comércio Exterior (Gecex). Os processos da Gecex foram centralizados em praças maiores e houve redução da área operacional/negocial dos Centros de Suporte do Atacado (CSA). O banco tinha um trabalho sólido de orientação e suporte aos pequenos e médios empresários que lidavam com o comércio exterior, mas a carteira foi dada de bandeja para os bancos privados.

2016 - O golpista Michel Temer extingue 9 mil vagas, fecha mais de 600 agências e transforma outras em postos de atendimento (PA). No Espírito Santo, fecham as agências Moscoso e Rio Branco (reaberta depois com o nome Bairro Praia do Canto), enquanto as unidades da Expedito Garcia e de Jardim Limoeiro são reduzidas a PA.

2016 - São implementadas as primeiras agências digitais no BB, tendo o ES como um dos estados-piloto. As mudanças acontecem em prazo curto e sem informação suficiente. Há registro de agências que passaram a operar com metade do quadro funcional.

2019 - Ocorre nova onda de reestruturação para expansão dos modelos Varejo e Digital, com descomissionamentos, fechamento de agências e pagamento do “esmolão”, a Verba de Contribuição Pessoal (VCP), oferecida temporariamente para os descomissionados. O banco passa a usar a avaliação de desempenho como justificativa para os cortes de função, sinalizando gestão baseada nas metas e no assédio moral. O BB fechou o ano de 2019 com 4.356 agências – 366 a menos que no ano anterior; e com 3,47 mil postos de trabalho cortados.

2021 - Em meio à pandemia da covid-19, o banco anuncia uma reestruturação prevendo a demissão de cinco mil empregados e o fechamento de mais de 300 unidades, além do fim da função de caixa, garantida até hoje por liminar judicial. Em menos de um ano, o saldo já era de 279 agências encerradas, oito delas no Espírito Santo, e quase sete mil desligados. Em 2023, eram 86.220 empregados e 3.983 agências do BB no Brasil. A cobertura dos municípios brasileiros, que poucos anos antes era de 99%, baixou 93% dos municípios.



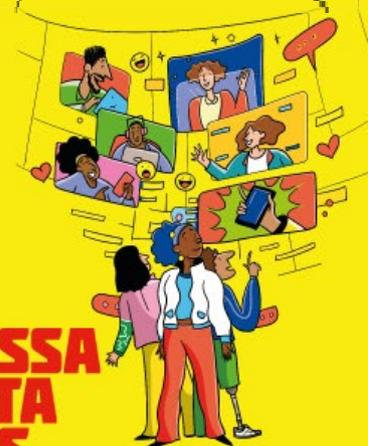
Fotos: Sérgio Cardoso

TODOS POR TUDO
RESISTIR E VENCER

21ª CONFERÊNCIA NACIONAL D@S BANCARI@S

São Paulo • 02, 03 e 04 de Agosto de 2019

NOSSA LUTA É
PELA SOBERANIA NACIONAL,
DEMOCRACIA, DIREITOS E
CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES.



#NOSSA LUTA NOS CONECTA

COM EMPREGO, SAÚDE MENTAL, PLR, AUMENTO REAL, MANUTENÇÃO DOS DIREITOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.

CAMPAHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS 2014

GENTE NÃO QUER Ó SALÁRIO



CAMPAHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS 2016

SÓ A LUTA NOS GARANTE



#BoraGanhar EsseJogo

Campanhas nacionais: acordos não refletem lucratividade dos bancos

O aumento real dos bancários somou apenas 3,47% no acumulado entre 2014 e 2024, enquanto os bancos bateram recorde de lucro

Se a última década foi marcada por ataques aos direitos trabalhistas, no ramo financeiro – o segmento econômico que mais lucra no país – o cenário não poderia ser diferente. Por isso, nas campanhas nacionais dos bancários e das bancárias, a principal bandeira foi “nenhum direito a menos”, sinalizando um período de grande resistência.

“Prevaleceu a mobilização contra a retirada de direitos, a defesa do modelo de contratação, da jornada de 6 horas e da própria Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), o que, num contexto de extrema precarização, por si só é uma conquista”, afirma o diretor do Sindibancários/ES Carlos Pereira de Araújo (Carlão).

Do ponto de vista salarial, a remuneração dos bancários teve

uma pequena variação na última década, com reajustes muito próximos à inflação do período. De 2014 a 2024, os bancários tiveram apenas 3,47% de aumento real, considerando o saldo acumulado. O lucro dos bancos, por sua vez, alcançou patamares cada vez maiores, mostrando um aumento da exploração de bancários e clientes.

Em 2014, os cinco maiores bancos que atuam no Brasil (Itaú, Santander, Bradesco, Caixa e Banco do Brasil) lucraram juntos R\$ 60 bilhões. Em 2023, esse resultado quase dobrou, atingindo o patamar de R\$ 108 bilhões. “É uma curva de rentabilidade que parece estar alheia a qualquer crise”, comenta Carlão. O lucro acumulado dos bancos entre 2014 e 2023 foi de R\$ 859 bilhões.

Para o diretor, o reflexo desse modelo é o adocimento da categoria bancária, além de mais desigualdade. “Esses números só são obtidos com sobrecarga constante e metas desumanas. O impacto para a sociedade também é ruim. Os bancos contribuem para o aumento da concentração de renda e o endividamento crônico da população, com a cobrança abusiva de juros”, diz Carlão.

Apesar de a manutenção da Convenção Coletiva de Trabalho e dos acordos específicos ser fundamental para a garan-



Foto: Laere Signarelli



Foto: Gilson Borbela

REAJUSTE DA CATEGORIA BANCÁRIA X INFLAÇÃO PELO INPC/IBGE X LUCRO DOS 5 MAIORES BANCOS - 2014 A 2024				
	Reajuste	INPC-IBGE	Aumento Real INPC-IBGE	LUCRO 5 MAIORES BANCOS (em R\$ Bilhões Correntes)
Campanha salarial 2014	8,50%	6,35%	2,02%	60,2
Campanha salarial 2015	10,00%	9,88%	0,11%	69,9
Campanha salarial 2016	8,00%	9,62%	-1,48%	58,0
Campanha salarial 2017	2,75%	1,73%	1,00%	77,4
Campanha salarial 2018	5,00%	3,64%	1,31%	82,9
Campanha salarial 2019	4,31%	3,28%	1,00%	108,0
Campanha salarial 2020	1,50%	2,94%	-1,40%	80,3
Campanha salarial 2021	10,97%	10,42%	0,50%	107,7
Campanha salarial 2022	8,00%	8,83%	-0,76%	106,0
Campanha salarial 2023	4,58%	4,06%	0,50%	108,6
Campanha salarial 2024	4,64%	3,71%	0,90%	NI
Acumulado de 2014 a 2024	93,10%	86,22%	3,70%	859,0

Fonte: CCT Bancários, IBGE e Demonstrações Financeiras dos Bancos
Elaboração: Rede Bancários/DIEESE

tia dos direitos históricos dos bancários, Carlão alerta: “esse não pode ser o limite da nossa luta. Sabemos que precisamos fortalecer nossa organização e construir lutas de enfrentamento para sair da posição defensiva. Isso nos impõe, inclusive, repensar a estratégia negocial que vem sendo defendida e implementada pelo campo majoritário do Comando Nacional”.

EM DEFESA DE UM SINDICALISMO COMBATIVO E CLASSISTA

As campanhas nacionais sempre representaram um ponto alto da luta da categoria bancária, conhecida tradicionalmente por greves nacionais fortes e unificadas. Mas após a assinatura dos acordos bianuais, em 2016, e das novas condições impostas pela reforma trabalhista de 2017, essa tradição mudou. O setor majoritário do Comando Nacional dos Bancários, de maioria cutista, conseguiu imprimir a estratégia de priorizar a negociação em mesa, enquanto a greve foi encarada como um último recurso – a ser evitado sempre que possível. Não à toa, 2016 testemunhou a última greve da categoria bancária.

Na avaliação de Carlão, que compõe o Comando representando os capixabas e a Intersindical, a estratégia cutista fortaleceu



2016

Foto: Sérgio Cardoso



2017

Foto: Acervo Contral



2018

Foto: Sérgio Cardoso

burocraticamente o Comando Nacional e ainda deixou um vácuo na luta da categoria. “É uma estratégia equivocada porque a nossa verdadeira força está na base, nos nossos processos de luta. As campanhas nacionais, para além do resultado econômico, deixam um saldo político e organizativo que não pode ser substituído. Não fazer greve é deseducador para a categoria, e ainda nos dá menos chances de obter conquistas significativas na negociação”, pontua.

A coordenadora-geral do Sindicato, Rita Lima, endossa a crítica. “A greve repercute para dentro e para fora do segmento bancário, é um momento fundamental de diálogo com a sociedade, de problematização sobre o sistema financeiro, sobre nossas condições de trabalho e de vida, e que fortalece a luta da classe trabalhadora de maneira geral, porque nossa greve nunca foi apenas por salário”, diz.

Outra preocupação é fortalecer a identidade da categoria enquanto um corpo coletivo, resistindo ao individualismo apregoado pelos bancos. “Os bancos estimulam a competição entre os bancários, o ranqueamento, a remuneração variável. É a lógica do individualismo neoliberal que propagandeia soluções individuais, mas nossos problemas são comuns, e só conseguiremos resistir à violência patronal atu-



Foto: Sérgio Cardoso



ando junto. Por isso defendemos um sindicalismo de combate, que fortaleça as lutas coletivas e a solidariedade entre os bancários e demais trabalhadores”, afirma Carlão.

PRINCIPAIS LUTAS DAS CAMPANHAS NACIONAIS

Nas campanhas nacionais de 2014 e 2015, a centralidade foi a luta contra a terceirização, por emprego e isonomia. Na pauta específica da Caixa, destaque para a campanha por mais contratações. No Banco do Brasil, os empregados debateram o déficit da Cassi e melhores condições de trabalho. No Banestes, mais contratações, Banescaixa e a defesa do Banestes público estiveram entre as prioridades. Foram cinco dias de greve em 2014 e 21 dias em 2015. As negociações foram favoráveis em relação à pauta salarial, mas os itens saúde e condições de trabalho ficaram aquém do esperado.

A campanha de 2016 se deu diante da consolidação do golpe que destituiu Dilma Rousseff da presidência, dando lugar a Michel Temer. Os bancários pautaram a defesa do emprego, o combate às metas abusivas e ao assédio moral, o fim da terceirização, defesa das empresas públicas e dos direitos. A categoria fez uma das maiores greves de sua história, com 31 dias de paralisação e 359 agências fecha-

das – uma adesão de 80% das unidades. Foi o primeiro ano do acordo bianual e a última greve até o momento.

A defesa da Caixa 100% pública deu o tom da mobilização específica. No BB, a Cassi e a luta por melhores condições de tra-



balho foram prioridades. No Banestes, a mobilização arrancou a garantia de mais contratações.

Nos anos que se seguiram, a categoria atuou para preservar os direitos. A campanha de 2017 foi a primeira após a assinatura da Convenção Coletiva bianual, portanto o acordo foi renovado automaticamente na data-base e a negociação centrou-se em combater a reforma trabalhista. O Comando pressionou a Fenaban para que ela assinasse termo de compromisso que buscava preservar o modelo de contratação dos bancários e os direitos ameaçados pela reforma, mas não obteve sucesso.

Em 2018, o acordo foi fechado num patamar mínimo, sem garantir questões cruciais como nova cláusula que impedisse a aplicação da reforma. A negociação na mesa também não garantiu avanço contra as reestruturações nos bancos públicos, as demissões nos privados, tampouco o aumento do piso de bancários e bancárias.

Em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, a centralidade das lutas se deu em torno da defesa dos bancos públicos, por saúde, melhores condições de trabalho e emprego, mas não houve diálogo com o governo. Nos dois anos seguintes, o cenário pandêmico impôs condições absolutamente novas e desafiadoras. A pandemia empurrou

parte dos bancários para o home office e forçou a realização de negociações, plenárias e assembleias virtuais.

Em 2020, a categoria manteve os direitos já conquistados, mas amargou perdas econômicas. Em 2021, a crise sanitária se agravou, assim como as crises política e econômica, gerando desemprego e carestia, que precisaram ser enfrentados.

Em 2022, os bancos continuaram seguindo a cartilha de Bolsonaro. A campanha foi marcada por arrocho salarial e tentativa de retirada de direitos. Os bancários tiveram reajuste abaixo da inflação, mas garantiram importante acordo de teletrabalho e medidas de combate ao assédio sexual.

Em 2023, a luta por saúde e condições de trabalho ganhou

corpo com a campanha “Menos Metas, Mais Saúde”. Enquanto os bancos negavam o adoecimento dos empregados, a categoria comprovou o grave quadro de adoecimento com pesquisas em parceria com universidades federais brasileiras. O tema continuou sendo prioritário em 2024, atravessando as pautas do Banco do Brasil e da Caixa com reivindicações específicas. A defesa da Caixa 100% pública seguiu forte.

No Banestes, a Primavera Banestiana pressionou pela retomada das negociações da Banescaixa, por plano de cargos e salários e em defesa do Banestes público e estadual. Em 2024, as tratativas foram as mais duras dos últimos anos, com prática antissindical por parte da direção do banco e poucos avanços na pauta local.

Mobilização derrota CGPAR 22 e CGPAR 23

A luta pela manutenção dos planos de saúde de autogestão, especialmente pela derrubada das resoluções 22 e 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR 22 e CGPAR 23), também compôs o escopo de resistências do período. As resoluções foram publicadas em 2018 e resultaram em mudanças drásticas nos planos de autogestão dos empregados das estatais. Dentre os prejuízos causados, as normas excluíram os aposentados e novos funcionários dos planos de saúde, diminuíram a participação das empresas no custeio dos planos e aumentaram a contribuição dos empregados. As resoluções foram revogadas em 2021 e 2022, sendo a CGPAR 23 a primeira a ser derrotada, após intensa articulação e mobilização da categoria.



Com o tema “Nada sem nós porque tudo é sobre nós”, o IV Encontro das Mulheres Bancárias do Espírito Santo teve debates, creche, ciranda, oficinas de autocuidado e muito acolhimento

Lutas das mulheres ganham força

As bancárias conquistaram mais espaço no movimento sindical e reforçaram as lutas das mulheres no Espírito Santo

A participação das mulheres no Sindibancários/ES ganhou força na última década, como resultado de um trabalho histórico. Em 2018, a chapa Resistência e Luta Clasista tomou posse com vinte mulheres compondo a diretoria, sendo cinco delas em cargos de diretoria executiva. Esse foi o maior número de mulheres já alcançado nas eleições do Sindi-

cato. Em 2022, pela segunda vez na história do Sindicato, uma mulher passou a comandar a entidade: Rita Lima assumiu a coordenação-geral, sendo a primeira mulher eleita como cabeça de chapa.

“O movimento sindical ainda é um espaço hegemônico por homens, o que torna mais difícil pautar e priorizar as nossas lutas. Por isso, ter mulheres tra-

“O Coletivo de Mulheres continua sendo um espaço privilegiado para a elaboração da nossa política de gênero.”



Cláudia Garcia

diretora do Sindibancários/ES
Secretaria de Mulheres

balhadoras ocupando espaços de poder é sempre uma conquista coletiva”, destaca Rita.

A diretora lembra que essa construção começou anos atrás. “Em 2014, realizamos o III Encontro da Mulher Bancária, com o tema Mulher e Poder. Foi um encontro que orientou nossa estratégia para aumentar a presença das mulheres no Sindicato, não apenas de forma numérica, mas garantindo uma participação ativa. Esse é um desafio diário, um compromisso que temos que assumir todos os dias”, lembra.

Outra conquista importante foi a criação, em 2021, da Secretaria de Mulheres da entidade. A pasta foi criada para consolidar o trabalho de gênero do Sindicato como uma política permanente, garantindo mais espaço às lutas das mulheres bancárias. Todo o trabalho é planejado e executado

IV ENCONTRO DAS MULHERES BANCÁRIAS

Em novembro de 2023, as mulheres se reuniram no IV Encontro das Mulheres Bancárias do ES para debater feminismo, mercado de trabalho, maternidade, racismo, diversidade e autocuidado. Com o tema “Nada sem nós porque tudo é sobre nós”, o evento ajudou a refinar os debates sobre igualdade de gênero e a preparar a pauta das mulheres para a Conferência dos Bancários e das Bancárias daquele ano.



Foto: Zanete Daddito

Mesa “As faces femininas no trabalho, no poder e na diversidade”, com participação da professora Ana Paula Colombi (Ufes); da deputada estadual Camila Valadão (Psol); da bancária do Banco do Brasil Patrícia Marins e da especialista em direitos humanos Ane Halama



Foto: Zanete Daddito

Encontro teve oficinas de thethahealing e aromaterapia



Foto: Zanete Daddito

A poeta e atriz Elisa Lucinda ministrou uma palestra-show falando sobre sua trajetória, a resistência ao racismo e o feminismo como modo de vida

em conjunto com o Coletivo de Mulheres do Sindibancários/ES, como explica Cláudia Garcia, diretora à frente da Secretaria.

“O Coletivo continua sendo um espaço privilegiado para a elaboração da nossa política de gênero. É onde reunimos diretoras, funcionárias do Sindicato, bancárias da ativa e aposentadas para discutir conjuntamente o jornal Mulher 24 Horas e nossas ações prioritárias”, diz.

LUTAS E CONQUISTAS

Nesses dez anos que se passaram, a atuação das mulheres do sindicato envolveu atividades formativas, intervenções nas agências e construção das lutas das mulheres de maneira articulada com outras categorias e com o movimento feminista.

Em 2014, o Sindicato realizou ações nas agências da Grande



Foto: Sérgio Cardoso

Dia nacional de luta contra o assédio sexual, em 2014



Mulheres bancárias em luta no 8 de Março de 2020

Vitória para denunciar o assédio sexual nos bancos. O tema foi abordado de forma provocativa e lúdica, com apresentação de uma esquete teatral e distribuição de cartilhas da campanha nacional contra o assédio sexual nos bancos.

Em 2015, as bancárias continuaram denunciando o assédio

sexual. O jornal Mulher 24 Horas revelou casos ocorridos no Santander, no Banestes e no Bradesco, e alertou: assédio é diferente de paquera; é um crime que deixa marcas no corpo e na mente.

2015 também foi o ano da Primavera Feminista, movimento de luta nacional contra o projeto de lei do então deputado Eduardo Cunha que abria brechas para a criminalização total do aborto no Brasil. O projeto não logrou êxito, permanecendo a legalidade nos casos de risco de morte da mulher e de fetos anencéfalos.

As bancárias também se uniram às mulheres de outras categorias e foram às ruas contra a política de armamento da população do governo Bolsonaro, que favorecia o aumento do número de feminicídio. O “Fora Bolsonaro” também foi bandei-

ra da marcha das mulheres em março de 2021.

O assédio praticado pelo ex-presidente da Caixa Econômica Federal Pedro Guimarães, que virou assunto nas manchetes dos jornais nacionais em 2022, durante o governo Bolsonaro, também foi alvo de protesto. Como consequência da luta que se travou a partir da denúncia contra Guimarães, na Campanha Nacional 2022, os bancários e as bancárias conseguiram incluir o combate ao assédio sexual e ao assédio moral entre as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

A diretora Rita Lima faz um balanço positivo do período. “As mulheres estiveram presentes em várias frentes de luta contra o bolsonarismo e a extrema-direita. No movimento sindical, avançamos na pauta de igualdade de oportunidades. Conseguimos debater criticamente a ocupação de espaços de poder na política; a divisão sexual do trabalho; as diferenças salariais que atingem mulheres no meio profissional; a responsabilidade do trabalho doméstico e o cuidado com a família; a violência obstétrica; a maternidade e tantas outras questões que marcam a nossa existência, sob a ótica das mulheres trabalhadoras. Nossa atuação sempre busca informar e transformar as relações e padrões sociais que nos violentam”, conclui.



Foto: Sérgio Cardoso

Dia de luta contra o assédio sexual nos bancos, em julho de 2022

Na linha dos 90 ANOS

Nossos passos vêm de longe

1993 - O I Encontro abordou temas como o direito à maternidade, assédio sexual, ocupação de espaços no setor financeiro e tripla jornada feminina.



Foto: Sérgio Cardoso

2011 - O II Encontro sublinhou que o fim da opressão contra as mulheres passa pela superação do capitalismo.



Foto: Fábio Nunes

2014 - O III Encontro teve o tema “Mulher e Poder”. A peça “Carne – Patriarcado e Capitalismo”, da Cia de Teatro Kiwi (SP), abriu o evento, abordando a exploração do trabalho feminino, a violência e a divisão de tarefas domésticas e sociais.



Foto: Sérgio Cardoso

CONQUISTAS DA POLÍTICA DE GÊNERO

Confira as conquistas consolidadas nas campanhas nacionais que marcaram a luta por igualdade de gênero nos bancos nessa última década



2016

licença-paternidade de 20 dias

Conquista da Campanha Nacional 2016, a licença-paternidade passou de cinco para vinte dias (cláusula 26 da Convenção Coletiva de Trabalho). Para ter direito ao período ampliado, a empresa precisa estar vinculada ao Programa Empresa Cidadã, do Governo Federal. Apesar de ser um direito clausulado, o movimento sindical precisou atuar para garantir o cumprimento da CCT. A nova licença-paternidade só passou a vigorar de fato após pressão do Comando Nacional dos Bancários, que levou a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) a emitir um comunicado oficial sobre o assunto em janeiro de 2017.

2020

Programa de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar

Em março de 2020, a categoria assinou com a Fenaban uma CCT Aditiva dispondo sobre a Prevenção à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. O documento prevê a publicação de comunicado interno sobre os tipos de violência; a disponibilização de canal para acolhimento e orientação da bancária vítima de violência doméstica e familiar; a possibilidade, a critério do banco, de realocação da bancária vítima de violência doméstica para outra dependência, além da oferta de linha de crédito/financiamento especial e alternância de horários de entrada e saída.

2022

Programa de Combate ao Assédio Sexual

As denúncias de assédio sexual no alto escalão da Caixa, que determinaram inclusive o afastamento do então presidente do banco, Pedro Guimarães, pressionaram a Fenaban e as negociações da mesa de Igualdade de Oportunidades da Campanha Nacional 2022 avançaram para a criação de um Programa de Combate ao Assédio Sexual. O programa inclui a realização de treinamentos para gestores e empregados a fim de prevenir o assédio e esclarecer sobre medidas cabíveis pelos bancos; a criação de um canal de denúncias de assédio sexual com garantia da confidencialidade do denunciante; e a possibilidade de a vítima de assédio sexual solicitar a realocação para outra dependência.



MULHER 24H: UM JORNAL A SERVIÇO DA LUTA DAS MULHERES

A política de gênero alcança a maturidade nos 90 anos do Sindicato dos Bancários, completando 30 anos do jornal Mulher 24 Horas em 2023. A publicação, que é um marco nas discussões sobre igualdade de oportunidades, acompanhou a trajetória das bancárias e trabalhadoras de outras categorias reafirmando seu caráter classista e de defesa intransigente dos direitos femininos a uma vida com dignidade.

Os 30 anos do jornal foram celebrados em noite de home-

nagens, ou melhor, de mulheres, no dia 30 de novembro de 2023, em cerimônia que integrou o IV Encontro das Mulheres Bancárias, no Centro Sindi-

cal. “O Mulher 24 Horas é uma parte fundamental da política de gênero do Sindicato. Por meio dele, abordamos temas que são caros às mulheres, levamos essas discussões para dentro das agências e compartilhamos experiências de trabalho e da vida privada das bancárias. É um espaço no qual somos prioridade e afirmamos nossas lutas enquanto mulheres trabalhadoras”, diz a diretora Cláudia Garcia, da Secretaria de Mulheres da entidade.

No Centro Sindical, durante a celebração do aniversário de 30 anos do Mulher 24 Horas, um túnel recebia os presentes em uma exposição de fotos da lutas das bancárias, que culminava em um varal com edições do jornal

Diversas mulheres foram homenageadas pela participação na construção do M24h, entre elas a ex-diretora do Sindibancários/ES Lucimar Barbosa (à esquerda), que esteve à frente do Coletivo de Mulheres por várias gestões, e Maria Auxiliadora (à direita), funcionária que trabalhou por 26 anos no Sindicato e que integrou o Coletivo de Mulheres desde a sua criação



Fotos: Sérgio Cardoso

Sindicalismo se faz com classe

Em meio a turbulências nacionais e internacionais, o Sindicato dos Bancários reafirmou seu caráter classista nesses últimos dez anos, se aliando às demais categorias em luta por direitos humanos, sociais e políticos. Lutas contra as reformas da Previdência e trabalhista, contra os desmandos dos governos Dilma, Temer e, principalmente, Bolsonaro marcaram o período. Veja alguns momentos

2014

O Sindicato denunciou a violência, repressão policial e violação do direito à livre manifestação durante a Copa do Mundo no Brasil. Centenas de manifestantes foram às ruas protestar contra o dispêndio de dinheiro público com a copa e a criminalização dos movimentos sociais.

O Comando de Caça aos Corruptos desinfetou a escadaria do Palácio Anchieta na manifestação pela valorização do serviço público estadual, contra a falta de investimentos, a corrupção e a sonegação fiscal que beneficia empresas financiadoras de campanhas eleitorais.



Foto: Sérgio Cardoso



Foto: Felipe Amarello

2015

Os bancários foram protagonistas de diversas mobilizações contra o PL 4330, que legalizou a terceirização irrestrita para todos os setores da economia.

Organizados pela Frente Capixaba de Lutas contra a Vale e a Samarco, os atos lembrando o rompimento das barragens em Mariana (MG) tiveram a presença dos bancários capixabas.



2016

O Sindicato denunciou o golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff ao mesmo tempo em que apontou os erros do governo, criticando a política de ajuste fiscal, a privatização do pré-sal, o Estatuto das Estatais e a sucessiva escalada das taxas de juros nos bancos.

Em novembro, dirigentes sindicais foram à Brasília em uma grande manifestação para tentar barrar a votação da proposta de emenda constitucional que tramitou na Câmara dos Deputados como PEC 241 e, no Senado Federal, como PEC 55. Essa proposta ficou conhecida como a “PEC da morte” ou “PEC do fim do mundo”. Isso porque a sua aprovação impôs cortes severos nas verbas destinadas a serviços essenciais como saúde, educação e assistência social.



Foto: Sérgio Cardoso



2017

Um ato público em frente ao Palácio Anchieta lembrou as mais de cem pessoas assassinadas na semana em que se agravou a crise na Segurança Pública no Espírito Santo, em fevereiro. Com velas, cruzeiros e flores, movimentos sociais e de direitos humanos cobraram a responsabilidade do governo Paulo Hartung com o caos social que se instalou no Estado.



Foto: Sérgio Cardoso

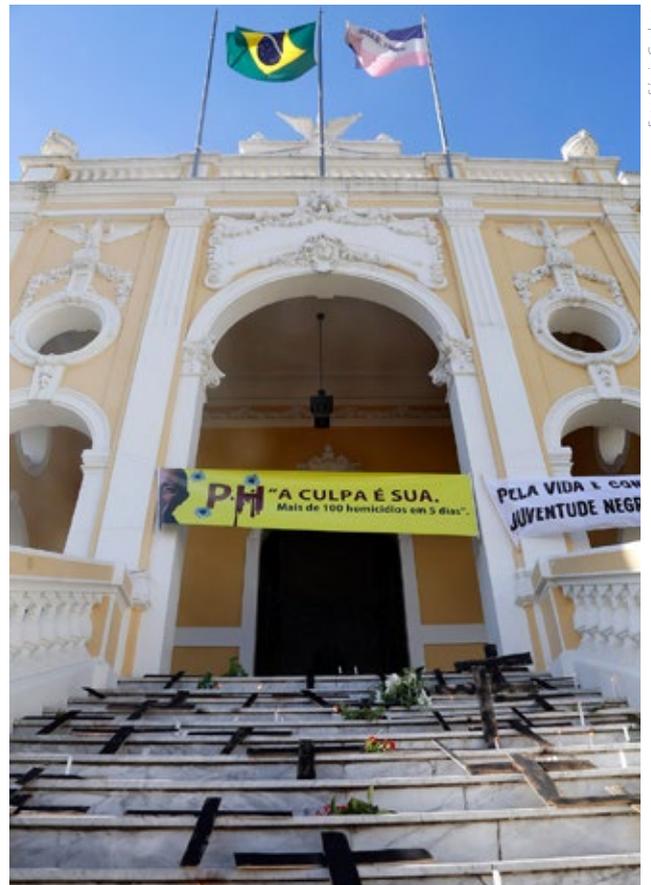


Foto: Sérgio Cardoso

2018

A luta contra a reforma da Previdência marcou o ano de 2018. E como em todos os anos, o Sindibancários/ES esteve presente no 24º Grito dos Excluídos, no dia 07 de setembro, na Grande Terra Vermelha, em Vila Velha, para denunciar as diversas violências geradas e perpetuadas pela desigualdade social.



Foto: Sérgio Cardoso

2019

Com o resultado das eleições e o início do governo Bolsonaro, os trabalhadores enfrentaram o avanço da pauta conservadora, o aprofundamento da implementação da reforma trabalhista, a terceirização, a reforma da Previdência, o sucateamento da Educação. Estudantes e professores, junto com outras categorias, abriram, em maio, o calendário de lutas contra o corte de direitos do governo Bolsonaro.

No 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, dirigentes do Sindibancários/ES se uniram às capixabas e foram às ruas contra a reforma da Previdência, o feminicídio e contra toda forma de violência às mulheres.



Foto: Sérgio Cardoso



Foto: Sérgio Cardoso

2020

No início da pandemia da covid-19, os retrocessos do governo Bolsonaro tiveram mais um capítulo: o negacionismo do então presidente, que resultou na demora na compra de vacina e no combate explícito ao isolamento social, o que provocou a morte de 693.853 brasileiros nos dois primeiros anos da pandemia.

Num protesto contra o descaso com as mortes decorrentes da pandemia, 130 cruzeiros de madeira foram instaladas nas areias da Praia de Camburi representando as quase 1300 vítimas do coronavírus no Estado até aquele momento, dia 21 de junho.



Foto: Sérgio Cardoso

2021

O ano seguiu com os trabalhadores divididos entre o luto e a luta. O programa ultraneoliberal seguiu com o desmonte dos serviços públicos, aumento da miséria e da fome. Em maio, junho, julho e outubro, milhares de trabalhadores, estudantes, entidades sindicais e movimentos sociais ocuparam as ruas de Vitória pelo “Fora Bolsonaro e Mourão”.



Foto: Sérgio Cardoso

2022

Em junho, os bancários se juntaram ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB-ES) num ato em frente ao prédio da Vale, em Vitória, em protesto ao descaso da mineradora com as vítimas das comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG. Os manifestantes pediam a inclusão dos atingidos nas negociações com as empresas Vale-BHP e Samarco e com o governo do Estado.

No Dia da Consciência Negra (20/11), bancários estiveram na XV Marcha Contra o Extermínio da Juventude Negra, com o tema “Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai”.



Foto: Sérgio Cardoso



Foto: Sérgio Cardoso

2023

Em resposta ao ato golpista de 8 de janeiro em Brasília, quando bolsonaristas invadiram as sedes do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, os movimentos populares organizaram atos em várias capitais brasileiras em defesa da democracia no dia 9 de janeiro. Os bancários marcaram presença.



Foto: Sérgio Cardoso

2024

Em julho, o Sindicato participou do protesto das centrais sindicais contra as altas taxas de juros no Brasil. A caminhada promovida pela Intersindical e a CUT aconteceu em Laranjeiras, Serra. O movimento marcou uma das reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), que define a taxa básica de juros, a Selic.

Em dezembro, aconteceu o ato “O povo na rua em defesa da democracia” com o mote “sem anistia para quem ataca a democracia”, em referência aos autores dos ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília.



Foto: Sérgio Cardoso

“A formação é um processo de desnaturalização da realidade”

Iracélio Lomes é bancário do Bradesco e atual secretário de Formação do Sindibancários/ES. Nesta entrevista, ele fala sobre o legado e a importância da pasta, pilar do trabalho político da entidade



Iracélio, durante atividade de formação

A Secretaria de Formação do Sindicato atua para quê?

A formação sindical proporciona ao trabalhador se localizar enquanto trabalhador, entender a sociedade na qual está inserido e qual o seu papel, porque é ele quem produz a riqueza que fica nas mãos da burguesia – que é a classe dominante. A educação burguesa tem uma intencionalidade e queremos desconstruir essa “pseudo” normalidade, e pra isso precisamos de uma formação em que o trabalhador se perceba enquanto classe, enquanto produtor da riqueza. A formação é um processo de desnaturalização da realidade.

O Sindicato tem um programa de formação que acontece, quando não anualmente, no intervalo de dois anos. O que está na base desse programa?

Nossa formação é desenvolvida por formadores populares que in-

tegram a diretoria, assessorias do Sindicato e educadores externos que atuam conosco na educação popular. Temos um programa dividido em vários módulos. Os primeiros tratam de como funciona a sociedade capitalista, sua estrutura e superestrutura, para atuar sobre elas. Afinal, para mudar a sociedade precisamos conhecê-la. Além disso, temos os módulos de concepção e prática sindical, nos quais refletimos sobre o que é ser um dirigente sindical, os valores, as questões éticas, como são as estruturas sindicais no Brasil e no mundo. Essa abordagem é importante porque o curso também é voltado para novos dirigentes. Temos ainda módulos sobre organização no local de trabalho e sobre saúde; neles debatemos formas de resistência à exploração patronal. Nosso curso também abrange temas como raça e gênero, porque precisamos desconstruir o machismo, a homofobia, o racismo, que são alimentados pelo capitalismo. A nossa classe não é uma classe abstrata, ela é diversa na sua materialidade e sofre um conjunto de opressões associadas à exploração do trabalho, e todas são lutas nossas. Ainda trabalhamos com análise de conjuntura e comunicação e expressão. Entendemos que o trabalhador precisa saber ler a conjuntura para intervir nela e precisa se comunicar. Somos construídos na base da opressão e da intimidação, e é necessário romper essas barreiras para comunicarmos com nossos pares, dialogar com mais trabalhadores sobre o nosso lugar na sociedade, atuar enquanto classe e não enquanto indivíduo.

Nos últimos dez anos, o Sindicato realizou quatro programas de formação (2014, 2016, 2017, 2022) que somaram aproximadamente 95 participantes. Como você avalia o resultado desse processo formativo?

Cada pessoa aprende num tempo, de forma

TURMAS DE FORMAÇÃO DO SINDIBANCÁRIOS/ES



Foto: Sérgio Cardoso



Foto: Maria Helena Vasconcelos



Foto: Edison Reis



Foto: Sérgio Cardoso



Turmas de formação do Sindibancários/ES

diferente, mas em geral é muito bom ver a formação das pessoas; ver, a partir do momento em que elas têm acesso a um modelo de educação diferente do tradicional, o quanto isso representa. A maneira como os participantes nos procuram para falar do que estão aprendendo é gratificante e cada turma tem um significado especial. Sempre temos gratas surpresas em

perceber o desenvolvimento das pessoas tornando-se críticas dessa sociedade, aprendendo a ter um olhar indagador, menos conformista sobre o mundo. O resultado é justamente este: despertar o inconformismo, sair do lugar comum, aprender a olhar o mundo com uma lente de aumento.

Muitas vezes, o Sindicato conta com parcerias para realizar suas formações. Fale um pouco sobre elas?

A gente não pensa a formação de maneira isolada. Temos dois coletivos: o de Formação, que responde pela política de formação do Sindicato e discute o programa do curso – desde o formato, o local, os materiais e as avaliações – e o Coletivo de Formadores, no qual discutimos os processos formativos. Sempre contamos com parceiros, como a Universidade [Federal do Espírito Santo], o Dieese [Departamento Intersindical de Economia e Estatística] e profissionais e militantes de outras áreas e movimentos. Buscamos a contribuição daqueles que estudam e têm uma militância ativa em relação ao mundo do trabalho, aos debates de gênero, raça, saúde e outros temas.

Qual a centralidade do estudo pra quem quer transformar a realidade?

Diferente da burguesia, que não trabalha e usa seu tempo pra explorar e fazer o que quiser, estudar para a classe trabalhadora não é fácil, porque ela tem que dar conta da vida primeiro e depois arrumar tempo para estudar. Mas abrir espaço para o estudo é fundamental, afinal, quem sabe mais luta melhor. É essencial para quem quer fazer a revolução dar centralidade ao estudo. E sabemos que estudar, pra quem não teve uma base educacional sólida, pode ser difícil, mas a gente tem que se esforçar, procurar ajuda, estudar coletivamente, garantir o aprendizado.

Para um dirigente, teoria e prática devem caminhar sempre juntas, num movimento dialético. O dirigente não é a pessoa que fica em cima do castelo, andando pelo mundo sem participar dele e se colocando acima de tudo. A vida dele também tem que expressar o que ele ou ela teoriza. É essencial que quem formula a teoria saiba na prática do que está falando; por outro lado, se a pessoa ficar só na prática, sem buscar a teoria, não consegue avançar. Para entender a sociedade a pessoa tem que buscar a teoria, porque a sociedade é dinâmica, está em constante mudança, e se a gente não buscar aprender acaba paralisado.

Você passou por todo esse processo formativo e hoje é um dirigente sindical e educador da classe.

Como foi pra você esse caminho?

Eu era uma vítima do conformismo, do assédio, estava adoecido pela exploração do capital e achava que o problema era meu, que não conseguia produzir o que o sistema queria. Eu não entendia que nesse sistema, quanto mais você produz, mais você tem que produzir. Ele te suga até não conseguir mais, e quando você está só o bagaço, se sente um inútil. E o sistema serve para individualizar as culpas, a gente acha que o problema é nosso. A formação me fez deparar-me com o ser coletivo que é o trabalhador. O legado da formação pra mim foi descobrir que eu faço parte de uma classe explorada por outra. A partir da formação, fui estudar história, filosofia, sempre com a vontade de ser formador, de aprender mais, de passar o que eu aprendi, fazendo com que pessoas experimentem o que eu experimentei. Eu acreditava que a sociedade era aquela que estava posta, como aprendi desde criança e fui me conformando; depois entendi que a sociedade está em disputa, que essa conversa de neutralidade e de imparcialidade são coisas que o capitalismo nos impõe para que a gente não tenha lado. A formação é importante para que o trabalhador escolha um lado. O trabalhador é tão absor-

vido pela ideologia dominante que ele não se identifica como classe e acaba reproduzindo os valores da classe dominante. Tem trabalhador achando que é capitalista porque é dono de um boteco na esquina. Contribuir para que o trabalhador se veja enquanto classe, embora seja um desafio, é uma experiência inesquecível – e imprescindível – que eu devo à formação.

Na linha dos 90 ANOS
Nossos passos vêm de longe



1999

Foto: Leonardo Bicalho



2001

Foto: Sérgio Cardoso



2005

Foto: Sérgio Cardoso

O trabalho formativo vem contribuindo para a renovação das lideranças sindicais desde a década de 1980



O Centro Sindical é espaço de luta, lazer e confraternização dos bancários capixabas

Patrimônio a serviço do bem-estar e da luta dos bancários

O Sindicato fez investimentos para otimizar a utilização dos espaços sindicais, potencializando o uso político e cultural e garantindo mais sustentabilidade

Quem frequenta a sede do Sindicato ou o Centro Sindical notou que muita coisa mudou nos últimos anos e pra melhor. Isso porque o patrimônio dos bancários e das bancárias tem ganhado novos e maiores investimentos visando modernizar e otimizar os espaços do Sindicato.

Em 2022, foi finalizada a mais recente reforma da sede, no

Centro de Vitória. A obra incluiu a atualização completa do auditório, com troca de mobiliário e instalação de equipamentos multimídia para reuniões híbridas. Também teve aplicação de novo piso no prédio e mudanças nos terceiro e quarto andares, onde ficam as secretarias, salas de atendimento e da direção. O layout foi reorganizado e vários espaços foram integrados visu-

almente com a instalação de divisórias de vidro.

Já o Centro Sindical foi repaginado em duas reformas recentes, entregues em 2016 e 2022. Os campos soçaites foram os primeiros a sofrer intervenção, com troca da grama sintética, substituição dos alambrados por redes de proteção, fechamento dos campos, construção de muretas e melhorias na iluminação. Em 2022, o projeto avançou. Muros e arquibancadas da quadra poliesportiva ganharam pintura nova; grades e portões foram substituídos; vestiários, bar e churrasqueiras foram totalmente reformados, assim como a entrada do clube. Ainda foram construídas duas salas multiúso, com capacidades somadas de 160 pessoas, para atender a eventos organizativos, formativos e de recreação.

O diretor da Secretaria de

Cultura e Esportes do Sindicato, Fabrício Coelho, ressalta os investimentos para diversificar as atividades do Centro Sindical, ampliar o público e melhorar os serviços oferecidos. “Além de toda mudança estrutural, passamos a propor atividades que convidam e envolvem bancários, amigos e familiares. O Festival Esportivo é um exemplo. Tivemos uma programação com música ao vivo, boa comida, recreação para crianças e múltiplas competições. Mesmo quem não compete pode assistir e confraternizar. É o que queremos, que o Centro Sindical seja um espaço de vivência, com atividades diversas. Estamos trabalhando para ter um ambiente mais estruturado, humanizado e acolhedor”, diz.

Fabrício destaca que todo o trabalho vem sendo reorganizado. “Hoje, nossos eventos exigem

“Estamos trabalhando para ter um ambiente mais estruturado, humanizado e acolhedor.”



Fabrício Coelho

*diretor do
Sindibancários/ES*

inscrição, o que nos permite controlar a entrada e dimensionar a quantidade de pessoas para preparar tudo da melhor maneira possível, evitando tumultos. São melhorias facilmente percebidas por quem frequenta o local. Se antes o bancário aparecia para o jogo e em seguida

Foto: Sérgio Cardoso



Arthur Moreira recebendo premiação durante o 1º Festival Esportivo em agosto de 2024

Foto: Sérgio Cardoso



Atual sede do Sindibancários/ES

“O Centro Sindical é um espaço privilegiado para convivência, prática esportiva e lazer, coisas tão importantes para uma categoria que enfrenta a pressão por metas e o adoecimento psicológico no trabalho. Temos ali um refúgio para cuidar da saúde, mas também um espaço de organização da nossa categoria, que permite a realização de assembleias, cursos e conferências.”



Cláudio Merçon (Cacau)
diretor do Sindibancários/ES

ia embora, ele agora tem opções para desfrutar do espaço por mais tempo. Mesmo com o alto número de demissões e a redução da categoria, notamos um aumento de público no Centro Sindical. Foram avanços significativos e queremos melhorar ainda mais”, conclui.

Arthur Moreira, 35, é bancário do Banestes e usuário regular do Centro Sindical desde agosto de 2022, onde marca presença duas vezes por semana para jogar o futebol soçaite com os amigos. Ele aprovou as

mudanças e destacou as vantagens de utilizar o espaço.

“É o campo com melhor preço de locação, com estrutura de bar e churrasqueiras, além da integração com os colegas bancários que só o Centro Sindical nos oferece”, diz.

Para ele, a rotina de jogos ajuda a manter a saúde mental e a condição física, e ainda “proporciona momentos de la-

zer com colegas que são importantes para a integração e a percepção de questões comuns a toda categoria”.

ENERGIA LIMPA E REAPROVEITAMENTO

Dentre as inovações do Centro Sindical, merece destaque a instalação de placas de geração de energia solar, com capacidade suficiente para alimentar o clube



Foto: Sérgio Cardoso

Novas salas multiuso do Centro Sindical



Foto: Sérgio Cardoso

Em agosto de 2024, o Centro Sindical recebeu o 1º Festival Esportivo da categoria, estreando os torneios de jogos de mesa, como carteador, xadrez e dominó, além do tradicional futebol soçaite

e a sede. O investimento na usina própria foi de aproximadamente R\$ 210 mil, valor que deve ser recuperado em menos de três anos com a economia no consumo de energia elétrica. Se considerado os próximos 25 anos, a projeção é de que o Sindicato economize cerca de R\$ 3 milhões. E para a redução do consumo hídrico, o Centro Sindical conta agora com um sistema de reaproveitamento de água da chuva, direcionada especialmente para a limpeza dos ambientes.

“É nossa responsabilidade buscar soluções inteligentes e ambientalmente responsáveis para gerir nossos espaços. Estamos felizes em apresentar essas medidas”,

“Nossa preocupação é garantir um espaço de bem-estar, conforto e acolhimento para bancários e bancárias que usam essa estrutura, além de proporcionar um ambiente de acolhida para o movimento social e sindical capixaba. Queremos que nossos equipamentos, – sede, subsedes e Centro Sindical – sejam espaços vivos.”



Rita Lima
diretora do
Sindibancários/ES

aponta o diretor de Organização e Suporte Administrativo do Sindicato, Cláudio Merçon (Cacau).

Sindicato, a diretora Rita Lima esteve à frente da administração da entidade nas duas últimas diretorias, contribuindo com a gestão patrimonial. Para ela, a manutenção dessa estrutura significa mais que zelar pelo patrimônio físico do Sindicato.

“QUEREMOS QUE NOSSOS EQUIPAMENTOS SEJAM ESPAÇOS VIVOS”

Atual coordenadora-geral do

Foto: Sérgio Cardoso



Foto: Sérgio Cardoso

Foto: Rodrigo Cavini



Foto: Rodrigo Cavini

Momentos de premiação, comemoração e lazer infantil no Centro Sindical

Foto: Rodrigo Cavini



Foto: Sérgio Cardoso



Foto: Sérgio Cardoso

Foto: Sérgio Cardoso



Foto: Sérgio Cardoso

Foto: Rodrigo Cavini



Foto: Rodrigo Cavini

Centro Sindical é palco de eventos políticos, esportivos e culturais diversos

Rita lembra que a responsabilidade com a gestão do Sindicato se estende para a política de Recursos Humanos e para a estruturação do trabalho nas diversas secretarias, investimentos que muitas vezes ficam menos aparentes, mas que são essenciais para o bom funcionamento da entidade.

“Além de reorganizar o espaço físico nós estamos melhorando a estrutura de trabalho. Na Secretaria de Imprensa, por exemplo, atualizamos os equipamentos tecnológicos e concluímos em 2024 o projeto de digitalização e catalogação de todo o acervo fotográfico e videográfico. Temos, ainda, uma política de gestão democrática, construída com diálogo e participação do corpo funcional e que busca valorizar os empregados”.

SUBSEDES

Nas subsedes também houve melhorias. Em Cachoeiro de Itapemirim, as salas do Sindicato receberam pintura e substituição do piso. Em Colatina, a subsede terá em breve novo endereço, com salas próprias. O Sindicato optou por adquirir salas comerciais que estão em construção para ter um espaço mais adequado para atendimento, com garantia de acessibilidade – condição que não é atendida nas salas atuais.

MEMÓRIA

Pra valorizar ainda mais os espaços da categoria e a sua história, o Centro Sindical vai ganhar uma exposição fotográfica permanente, que será lançada em janeiro de 2025 como parte das comemorações do aniversário do Sindicato. A curadoria é do fotógrafo Sérgio Cardoso, parceiro da entidade, que atua registrando a história dos bancários capixabas desde 1991.

Na linha dos 90 ANOS

Nossos passos vêm de longe



1972 - Fachada da primeira sede própria do Sindicato, inaugurada em 1972, na rua Nestor Gomes, Centro de Vitória.



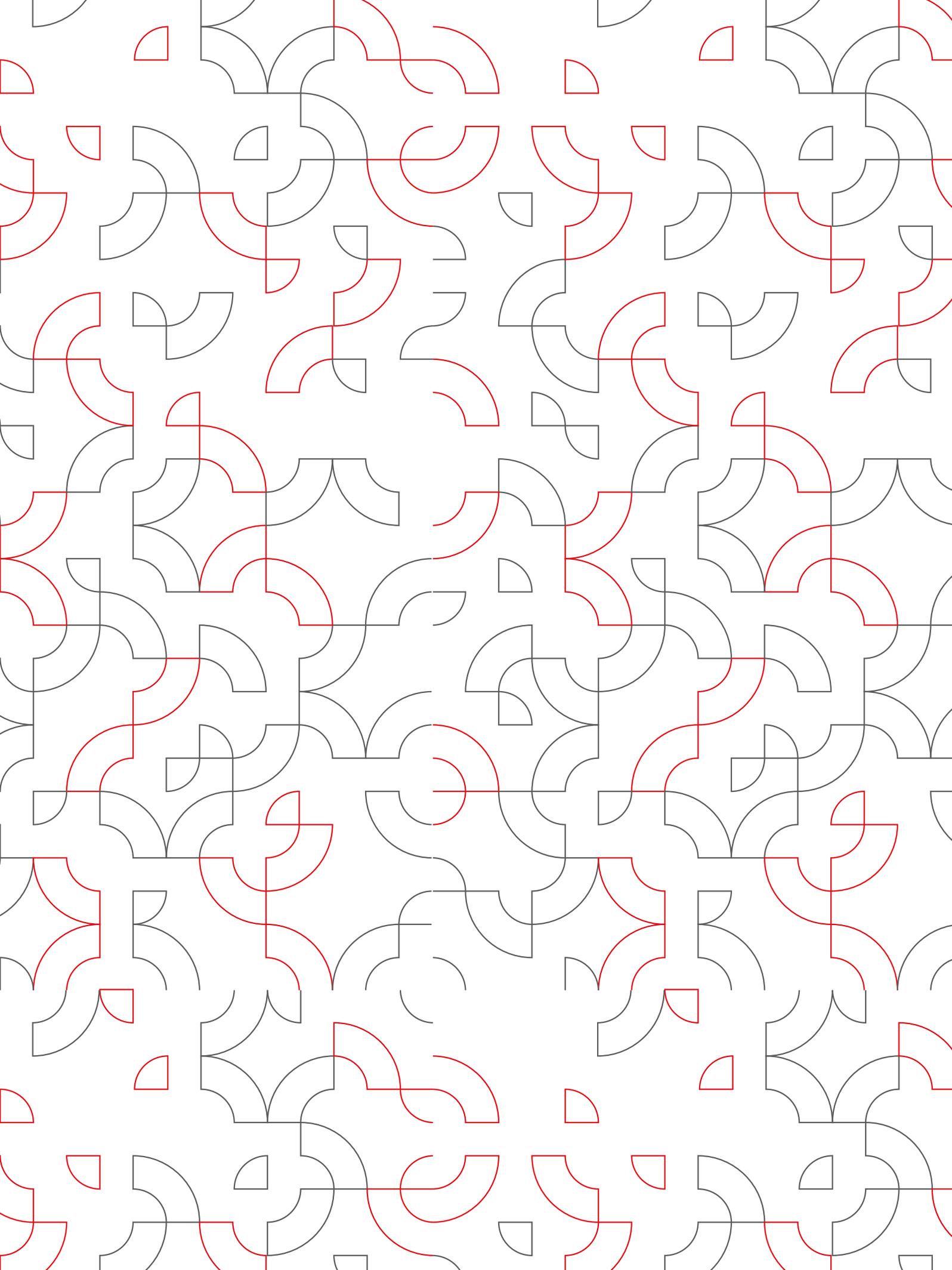
1993 - Engenheiro e trabalhadores fazem primeiras intervenções em terreno do Centro Sindical.



1997 - Centro Sindical é inaugurado

Foto: Sérgio Cardoso

Foto: Sérgio Cardoso





bancarios-es.org.br



@sindibancarios.es



sindibancarios.es



@bancarioses

VITÓRIA (sede)

Rua Wilson Freitas, 93 -
Centro - ES.

CEP: 29.016-340

Tel: (27) 3331-9999

COLATINA

Rua Geraldo Pereira, 194
salas 406 e 408, Centro.

CEP: 29.700-130

Tel: (27) 3722-2647

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Rua Coronel Francisco Braga, 71
Ed. Itapoã - Sala 1105 - Centro.

CEP: 29.300-220

Tel: (28) 3522-7975

LINHARES

Rua Capitão José Maria, 1388.
Ed. Monsarás -sala 201 - Centro

CEP: 29.900-903

Tel: (27) 3371-0092